



OAB-GO NA ERA DA TRANSPARÊNCIA

A Ordem dos Advogados do Brasil - seção Goiás (OAB-GO) inaugurou no último dia 31 de outubro seu novo Portal da Transparência. Foi o marco da implantação de um novo modelo de gestão que busca não só jogar luz sobre as contas da entidade, mas fazer mais com menos e reorientá-la para o atendimento ao advogado, seu principal cliente.

Páginas 2, 3, 4 e 5

Após ajustes, é hora de colher

OAB-GO renegocia contratos, enxuga estrutura de pessoal e começa a levar benefícios aos advogados, com a entrega de novos espaços físicos.

Páginas 7, 8, 16, 17, 22, 36, 37 e 40

Auditoria apura dívida milionária

Levantamentos realizados pelo Conselho Federal e por auditores independentes confirmam passivo acumulado de R\$ 23 milhões.

Páginas 10, 11, 12 e 13

Casag chega às subseções

Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás rompe isolamento histórico e implanta ambicioso projeto de interiorização de seus benefícios.

Páginas 26, 27, 28, 29, 30 e 31

Institucional



Editorial

UM ANO DE TRANSFORMAÇÕES

Caros colegas Advogadas e Advogados,

Encerramos nossos primeiros dez meses de administração à frente da OAB/GO. É hora de fazer um balanço e uma breve prestação de contas a vocês, que nas urnas nos concederam a honrosa e difícil missão de conduzir os destinos da Ordem goiana no triênio 2016/2018.

Todos sabem que recebemos uma instituição gravemente endividada. Auditorias independentes e do Conselho Federal da OAB atestaram o tamanho da dívida: R\$ 23 milhões. São exemplos dos débitos que encontramos: obras contratadas na gestão anterior deixaram um passivo de R\$ 4.418.989,93 a ser pago pela atual administração; outros R\$ 2.000.000,00 de dívidas com bancos; R\$ 2.527.120,69 com fornecedores diversos (e dezenas de títulos em protesto); dívidas tributárias e previdenciárias (INSS e FGTS) no montante de R\$ 1.218.828,81; além de repasses estatutários obrigatórios não realizados ao CFOAB, FIDA, Casag e Subseções.

E não encontramos apenas descontrolado nas contas. Recebemos também uma máquina administrativa inchada, com 517 colaboradores e uma folha de pagamento anual de cerca de R\$ 17.000.000,00, que comprometiam 66% da receita da seccional. Estrutura de tecnologia da informação obsoleta, ausência de sistemas gerenciais e contábeis confiáveis, além de uma estrutura predial e mobiliária deteriorada.

Pusemo-nos a trabalhar. Renegociamos mais de uma centena de contratos com fornecedores. Promovemos o desligamento imediato de 158 colaboradores, com a meta de chegarmos a uma redução de 280 ao final. Refizemos o orçamento da OAB/GO com rígidos critérios de economia, o que gerou um corte de mais de R\$ 16 milhões de despesas. Já realizamos mais de 50 seleções públicas para contratação dos mais diversos serviços, bens e pessoal, com ganhos de eficiência e redução de custos para a OAB/GO, além da garantia à impessoalidade e transparência.

Além desse novo modelo de gestão, em que a ideia central é fazer mais com menos, priorizamos, nesses primeiros meses, o investimento em duas áreas: reforma do parque tecnológico da OAB/GO e regularização dos repasses às subseções. Isso porque eram situações urgentes e insustentáveis. Ao assumirmos a administração, havia subseções com repasse de duodécimo atrasado há mais de dez meses,

sem condições de manter os serviços mínimos para a advocacia local. O sistema de informática estava à beira do colapso, com a iminente interrupção de importantes serviços para a advocacia goiana.

Hoje posso afirmar, com muita alegria, que não há sequer uma subseção que, estando em dia com sua prestação de contas, esteja com seu repasse atrasado. E nosso sistema de informática está sendo todo substituído: novo data center (físico e na nuvem), novos computadores para as salas de advogado, além de um moderno sistema de software especialmente construído para atender às necessidades da advocacia de Goiás. Em breve, todos os processos que tramitam em nossa seccional serão integralmente digitais, com redução de custos e ganho de eficiência.

Neste segundo semestre, começamos a entregar à advocacia goiana alguns frutos desse início de trabalho: novo site, novo Portal da Transparência, nova sala do advogado no edifício do novo fórum, sala do advogado na Central de Flagrantes; e em breve entregaremos a reforma da sala do fórum do Setor Oeste, em Goiânia, assim como a entrega ou finalização de três obras e reformas no interior: Anápolis, São Luís de Montes Belos e Pires do Rio. Em Iporá, já entregamos a sede da subseção.

Estamos, colegas advogadas e advogados de Goiás, construindo a OAB que sonhamos e queremos, com responsabilidade na administração do dinheiro da advocacia, transparência e muita luta em prol da classe e da sociedade.

Obrigado pela confiança e tenham certeza de que esse é apenas o começo do nosso trabalho! Muitas conquistas ainda virão!

Cordial abraço,



Lúcio Flávio Siqueira de Paiva
Presidente da OAB-GO

Expediente

OABGO NOTÍCIAS É UMA PUBLICAÇÃO QUADRIMESTRAL DA COORDENAÇÃO DE COMUNICAÇÃO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SEÇÃO GOIÁS

Diretoria

Presidente: Lúcio Flávio de Paiva | **Vice-presidente:** Thales Jayme | **Tesoureiro:** Roberto Serra | **Secretário-geral:** Jacó Coelho | **Secretária-geral Adjunta:** Delzira Menezes

Diretoria Casag

Presidente: Rodolfo Otávio Pereira da Mota Oliveira | **Vice-presidente:** Marcelo Di Rezende Bernardes | **Secretária-geral:** Ana Lúcia Amorim Boaventura | **Diretor-tesoureiro:** Carlos Eduardo Ramos Jubé | **Secretário-geral Adjunto:** Estênio Primo de Souza | **Diretora-adjunta:** Cácia Rosa de Paiva | **Diretor-adjunto:** Helvécio Costa de Oliveira | **Diretor-adjunto:** Osório Evandro de Oliveira Silva | **Diretor-adjunto:** Tênio do Prado | **Diretor-adjunto:** Thiago Mathias Cruvinel

Conselheiros Federais

Dalmo Jacob do Amaral Júnior | Fernando de Paula Gomes Ferreira | Leon Deniz Bueno da Cruz | Marcello Terto e Silva | Marivaldo Cortez Amado | Valentina Jungmann Cintra

Conselheiros Seccionais

Aibes Alberto da Silva | Alinne Rizzie Coelho Oliveira Garcia | Ana Paula Félix de Souza Carmo Gualberto | André Luis Cortes de Souza | Anna Carolina Ribeiro Barbosa | Arcênio Pires da Silveira | Ariana Garcia do Nascimento Teles | Bárbara de Oliveira Cruvinel | Bartira Macedo de Miranda Santos | Carla Franco Zannini | Carlos André Pereira Nunes | Caroline Regina dos Santos | Colemar José de Moura Filho | Daniella Grangeiro | Danilo Di Rezende Bernardes | Danúbio Cardoso Remy | David Soares da Costa Júnior | Delzira Santos Menezes | Diego Martins Silva do Amaral | Dirce Socorro Guizzo | Eduardo Alves Cardoso Júnior | Eliane Ferreira Pedroza de Araújo Rocha | Eliane Simonini Baltazar Velasco | Erlon Fernandes Cândido de Oliveira | Fabrício Antônio Almeida de Britto | Fabrício Cândido Gomes de Souza | Fabrício Rocha Abrão | Flávia Silva Mendanha Crisóstomo | Flávio de Oliveira Rodovalho | Flávio Henrique Silva Partata | Henrique Alves Luiz Pereira | Idélcio Ramos Magalhães Filho | Iraci Teófilo Rosa | Janine Almeida Souza de Oliveira | Janúncio Januário Dantas | Jean Pierre Ferreira Borges | Jônatas Moreira | José Carlos Ribeiro Issy | José Humberto Abrão Meireles | José Mendonça Carvalho Neto | Juscimar Pinto Ribeiro | Leandro de Oliveira Bastos | Leandro Martins Pereira | Leandro Melo do Amaral | Lilian Pereira de Moura | Luciano de Paula Cardoso Queiroz | Luís Gustavo Nicoli | Marcos César Gonçalves de Oliveira | Marlene Moreira Farinha Lemos | Maura Campos Domiciana | Maurício Alves de Lima | Milena Maurício Moura | Nadim Neme Neto | Osmar de Freitas Júnior | Paulo Gonçalves de Paiva | Phillippe Dall'Aganol | Rafael Lara Martins | Raphael Rodrigues de Ávila Pinheiro Sales | Renata Abalém | Renata Medina Felici | Ricardo Gonzalez | Ricardo Silva Naves | Rildo Mourão Ferreira | Rodnei Vieira Lasmari | Rodrigo Lustosa Victor | Romildo Cassemiro de Souza | Rubens Fernando Mendes de Campos | Sara Mendes | Scheilla de Almeida Morteza | Sérgio Murilo Inocente Messias | Simon Riemann Costa e Silva | Sirlene Moreira Fideles | Telmo de Alencastro Veiga Filho | Valdir José de Medeiros Filho | Valéria Alves dos Reis | Vandelino Cardoso Filho | Vasco Rezende Silva | Victor Hugo Albino Pelles | Viviany Souza Fernandes | Waldemir Malaquias da Silva | Weliton Soares Teles e Silva

Coordenação de Comunicação

Coordenador: Realle Palazzo-Martini (RP 4025-GO) | **Jornalistas:** Felipe Cândido (JP 2852-GO) e Marília Noleto (JP 2264-GO) | **Estagiária:** Lorany Ribeiro | **Fotografia:** Léo Iram e Cristiano Borges | **Projeto gráfico e diagramação:** Bruno Cabral | **Revisão:** Fátima Tolêdo (62 98515 3511)

Contato

Telefone: (62) 3238-2000
E-mail: imprensa@oabgo.org.br | Site: www.oabgo.org.br
Endereço: Rua 1.121 nº 200, Setor Marista – Goiânia - Goiás

“A advocacia não é profissão de covardes”

Sobral Pinto



Diretoria da OAB-GO durante solenidade de apresentação do novo Portal da Transparência para conselheiros seccionais e para a imprensa, realizada no dia 31 de outubro

OAB TRANSPARENTE

Gestão implanta novo portal com dados detalhados e de fácil acesso sobre a administração financeira da Ordem e com prestações de contas de diretores e conselheiros, entre outros

Uma longa espera terminou no último dia 31 de outubro. A data foi mais um marco na história da OAB Goiás, que apresentou à advocacia e à sociedade goianas as novas versões de seus sites institucionais (OAB, CEL e ESA) e do tão aguardado Portal da Transparência – o OAB Transparente. As páginas foram desenvolvidas após um sistemático processo de pesquisa envolvendo profissionais de tecnologia de informação, design e comunicação, além de todos os coordenadores das áreas envolvidas, adotando como modelo sites que já são referência no País. Era grande a expectativa para estas novas versões que foram disponibilizadas para a advocacia, atendendo a um antigo apelo. Coube à Ordem aprimorar o que serviu à advocacia e à população até então e incorporar novidades e funcionalidades que a sociedade de hoje, veloz e hiperconectada, exige.

Ao primeiro clique, um dos grandes impactos ficou por conta da identidade visual. O novo layout é bem mais agradável e a disposição do conteúdo foi reformulada, de forma mais objetiva, para facilitar o acesso às informações institucionais, fiscais, financeiras e patrimoniais da Ordem; os serviços à advocacia; além de atas de sessões do Conselho Seccional, comissões e colegiados. Atenta às novas formas de se consumir informação, todos os sites possuem formato responsivo, que se adequa a vários tamanhos de tela, uma vez que grande parte do acesso à internet atualmente se dá por meio de tablets e smartphones. Antes, a navegação no site não era adequada a quem utilizava o celular, por exemplo.

Os sites também possuem mais recursos multimídia e dialogam perfeitamente com as redes sociais mais populares, como é o caso do WhatsApp. Todas as páginas foram criadas em torno de três conceitos principais: Pessoas – Serviços – Comunicação, eixos que nortearam as concepções consideradas para se pensar, desenhar e pro-

gramar as páginas. O site foi pensado não apenas em quem o acessa, mas também em quem trabalha com ele, atualizando as informações. Um documento dos atos oficiais, que é disponibilizado tanto no site institucional quanto no Portal da Transparência, é compartilhado pelos dois, não sendo necessário fazer o upload do mesmo arquivo duas vezes. Antes isso não acontecia e, com a novidade, a atualização fica mais prática e rápida, permitindo mais informações disponíveis.

As mudanças também não são apenas externas e impactaram diversos departamentos da seccional. “Os novos sites são apenas a ponta do iceberg. Entre a informação bruta registrada nos softwares de gestão e aquela disponível para o advogado, na tela de seu computador ou de seu smartphone, existe todo um processo. E para que fosse possível lançar estes novos sites, especialmente o novo Portal da Transparência, foi necessária uma série de mudanças para aprimorar o parque tecnológico. Mudanças estas que não se limitam à aquisição de equipamentos e modernização da infraestrutura; elas demandam algo bem mais profundo e delicado: uma mudança de cultura, de rotinas de trabalho”, explica o secretário-geral Jacó Coelho.

Modernizar a OAB

Desde o momento em que assumiu o comando da seccional, a nova diretoria trabalha incessantemente para implementar seu novo modelo de gestão. E ao longo deste processo, um lema tem sido exaustivamente defendido, tornando-se quase que um “mantra” por parte daqueles que encabeçam o desafio: modernizar a OAB, tirá-la da condição arcaica em que se encontrava e trazê-la definitivamente para a era digital. “Ao chegar aqui, encontramos uma estrutura obsoleta, deteriorada e que necessitava de manutenção urgente”, recorda Jacó.

O desafio era tamanho que se equiparava à própria magnitude da OAB, uma vez que não se limita à aquisição de equipamentos e renovação de processos. “Para revigorar a ordem, é necessário também uma mudança de cultura. É preciso que a gente perca aquela mentalidade de funcionalismo e adote uma visão empresarial. A Ordem é uma entidade privada e deve agir como tal”, afirma. A infraestrutura da seccional vem passando por várias repaginações, possíveis com a aquisição de implantação de uma plataforma de sistema de informações, nobreaks e geradores, além da substituição de cabeamentos e de instalações elétricas ultrapassados. Nos cartórios e arquivos da seccional, por exemplo, não havia sistema de informatização.

Muitas alterações drásticas foram implementadas e atualmente uma parte significativa das informações físicas ficará ao alcance dos olhos e dos dedos da advocacia e da sociedade. Um processo importante e que ocorre em paralelo na Seccional, e que será incorporado pelas novas páginas, é a “eliminação dos papéis”, digitalizando arquivos e processos. O coordenador de Tecnologia da Informação da OAB-GO, Leonardo Peixoto, reforça que a informatização é importante e fundamental nos dias de hoje para a melhoria dos trabalhos prestados, o que irá beneficiar diretamente o advogado e a população. “A reestruturação para acabar com os papéis envolve a inovação dos processos internos. Essa modernização é muito produtiva e, sem dúvida, vai dar mais agilidade aos serviços”, comenta.

Com a entrega dos novos sites, encerra-se apenas uma etapa, pois a velocidade da internet exige constante evolução. As páginas atuais ficaram no ar por quase dez anos, sem nenhuma intervenção. Para estes que entrarão no ar, a seccional prevê novas versões para breve, sempre com ajustes e novas funcionalidades.

Institucional

Nada a esconder, muito a

OAB Transparente possibilita acompanhamento direto de informações contábeis, fiscais, financeiras e patrimoniais da Ordem, em conformidade com o Provimento nº 101/2003 do CFOAB e com o Processo Administrativo nº 2014/06842, do Conselho Seccional

Transparência de verdade. Dentre todas as bandeiras defendidas pela nova gestão à época da campanha, e agora finalmente resgatadas, uma das mais importantes é, sem dúvida, a entrega do novo Portal da Transparência – o OAB Transparente, que foi ao ar no dia 31 de outubro último. O projeto foi idealizado para apresentar todas as contas da OAB Goiás de uma maneira simples, intuitiva e que respeite advogado e advogada. O portal possibilitará o acompanhamento direto das informações contábeis, fiscais, financeiras e patrimoniais da Ordem, sempre em conformidade com o que determina o Provimento nº 101/2003, do Conselho Federal da OAB – relativo à prestação de contas da entidade – e, ainda, em consonância com o Processo Administrativo nº 2014/06842, aprovado pelo Conselho Seccional, que também trata do assunto.

O objetivo é oferecer as informações da maneira mais didática possível, dentro das tecnicidades inerentes à parte financeira, contábil, fiscal e patrimonial da entidade, e publicar o máximo de dados possíveis e permitidos legalmente. No portal estarão disponibilizadas todas as atas de sessões do Conselho Seccional a partir de 2012. Tudo o que é discutido e julgado, desde que não esteja em sigilo, está disponível para os advogados e sociedade.

“Esse Portal da Transparência que a gestão 2016/2018 implanta é um portal transparente de verdade! Sempre dissemos que o portal da transparência que tínhamos não era um ‘portal’, mas sim uma janela. E era. Era um site alimentado com documentos que a gestão anterior entendia por bem publicar, enquanto que outros simplesmente não vinham a público. Não se tinha acesso ao detalhamento de despesas, análises de documentos, contratos”, diz o presidente da OAB-GO, Lúcio Flávio.

Lançada em março de 2015, a versão utilizada pela gestão anterior carecia de atualização na interface e na disponibilização das informações. O

novo sítio foi totalmente inspirado no Portal da Transparência do Senado Federal, considerado o melhor do País. Para isso, membros da seccional participaram de três reuniões no Senado Federal no primeiro semestre deste ano, para tratar do assunto. Ao todo, foram meses de trabalho e pesquisa, além de todo um processo paralelo de atualização do data center e do parque tecnológico da seccional.

Apesar de cristalizar o compromisso que a OAB tem com a ética e a transparência na prestação de contas, o Portal da Transparência só foi criado em 2015, não sem antes haver muita cobrança. Naquele ano, a Ordem chegou a ser alvo de uma ação civil pública ajuizada em janeiro pelo Ministério Público Federal em Goiás (MPF-GO), que à época exigia que a seccional criasse um Portal da Transparência no site da organização, sob pena de multa diária de R\$ 100 mil caso não atendessem o pedido. O MPF-GO acusava a OAB de violar o direito de acesso à informação e o princípio da publicidade por não disponibilizar as informações mínimas e obrigatórias no site.

Por não estar vinculada à administração pública, a Ordem não é, a rigor, destinatária da Lei de Acesso à Informação (Lei nº 12.527/2011) e da Lei da Transparência (Lei Complementar 131/2009). Contudo, como guardião da Constituição Federal, entende que não pode se furtar à adoção da transparência e da publicidade de suas contas.

Lúcio Flávio destaca que uma gestão realmente democrática, participativa, transparente e com seriedade no trato da coisa pública, tão ambicionada por todos, só é possível com a adoção de diretrizes que viabilizem um processo onde todos possam participar e fiscalizar. “Agora, o advogado e o cidadão em geral terão acesso a toda e qualquer informação por meio da internet. Isso não é somente um passo enorme, mas um exemplo que a Ordem dá à sociedade, num momento em que se exige transparência”, reflete.

LÚCIO FLÁVIO SIQUEIRA DE PAIVA



Dados Pessoais

Nome civil: Lúcio Flávio Siqueira de Paiva
Data de Nascimento: 18/04/1977
Naturalidade: Anápolis (GO)
Gabinete: Sala da Presidência
Telefones: (62) 3238 2000
E-mail: lucio.paiva@oabgo.org.br
Site pessoal/Rede Social
Escritório: Rua 99, nº 69, Setor Sul - CEP: 74080-060

Experiência

Advogado e professor. Mestre em Direito, Relações Internacionais e Desenvolvimento, Especialista em Direito Empresarial e em Direito Processual Civil. Atua em Goiás, Distrito Federal e São Paulo no Direito Contencioso Cível e já foi professor da Esa.

Recursos utilizados em 2016

DESCRIÇÃO	VALOR
HOSPEDAGEM E ESTÁDIAS - VIAGENS	R\$ 1.094,81
PASSAGENS AEREAS PARA EVENTOS	R\$ 2.783,45
TELEFONIA MOVEL	R\$ 84,34
Total:	R\$ 3.962,60

RECEITAS DA OAB

OS VALORES APRESENTADOS ABAIXO ESTÃO POR REGIME DE CAIXA E DE ACORDO COM OS TIPOS DE RECEITAS.

	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Auxílio Financeiro	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.000,00	3.300,00	0,00	0,00	0,00
Contribuições	628.026,41	9.403.012,05	1.751.624,15	1.348.700,96	1.229.322,84	1.209.289,78	1.277.670,46	809.398,99	735.871,36	0,00	0,00	0,00
Diversos	1.840.547,54	11.526,19	6.757,42	5.134,07	3.935,83	6.961,38	4.174,51	231.985,22	2.186.152,44	0,00	0,00	0,00
Taxas de serviço	292.180,13	410.248,08	710.950,03	245.072,15	199.183,09	255.955,35	601.345,46	252.248,75	234.741,25	0,00	0,00	0,00
Total:	3.260.754,08	9.824.786,32	2.469.331,60	1.598.907,18	1.432.441,76	1.472.206,51	1.883.190,43	1.304.632,96	3.160.065,05	0,00	0,00	0,00

CONVITES PÚBLICOS

Situação

Em Andamento Encerrado

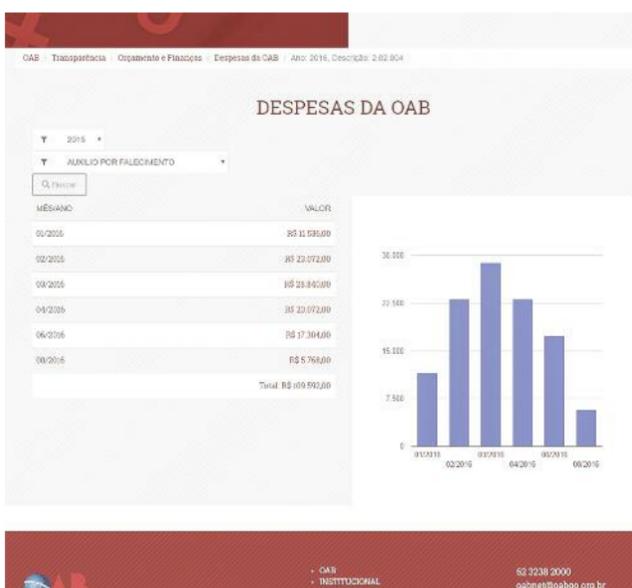
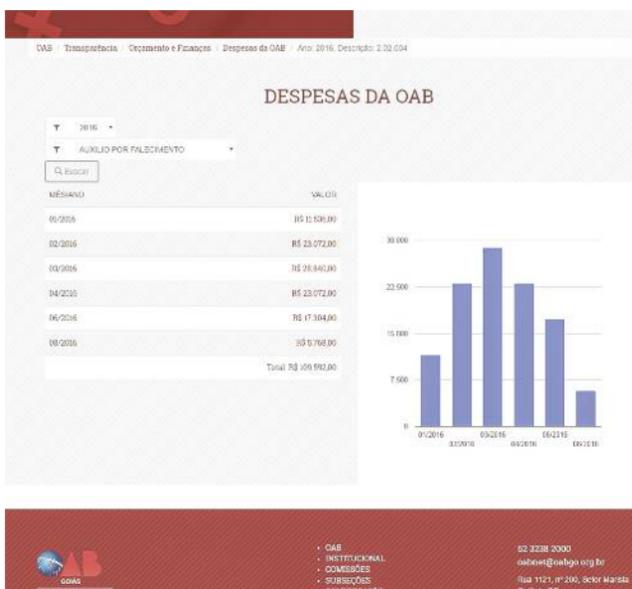
Nº do convite	Unidade de compra	Data/Hora início	Data/Hora final	Objeto do convite	Situação	Informações
000001	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE GOIÁS (MATRIZ)	20/01/2016 08:00:00	22/01/2016 17:00:00	SERVIÇOS BANCÁRIOS	Encerrado	Juliana (62) 3238-2019 ↓
000002	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE GOIÁS (MATRIZ)	05/02/2016 08:00:00	12/02/2016 17:00:00	SERVIÇOS DE ACOMPANHAMENTO DE PUBLICAÇÃO PROCESSUAL	Encerrado	Juliana (62) 3238-2019 ↓
000003	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE GOIÁS (MATRIZ)	17/10/2016 08:00:00	23/02/2016 17:00:00	PROVEDOR DE INTERNET CORPORATIVA	Encerrado	Juliana (62) 3238-2019 ↓
000004	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE GOIÁS (MATRIZ)	17/02/2016 08:00:00	23/02/2016 17:00:00	AR CONDICIONADO	Encerrado	Juliana (62) 3238-2019 ↓
000005	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE GOIÁS (MATRIZ)	25/02/2016 08:00:00	03/03/2016 17:00:00	SERVIÇO DE GERENCIAMENTO DE AROUTVO	Encerrado	Juliana (62) 3238-2019 ↓
000006	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE GOIÁS (MATRIZ)	29/02/2016 08:00:00	08/03/2016 17:00:00	SERVIDOR (INFORMATICA)	Encerrado	Juliana (62) 3238-2019 ↓
000007	ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL - SEÇÃO DE GOIÁS (MATRIZ)	10/03/2016 08:00:00	18/03/2016 17:00:00	ESTAGIARIOS	Encerrado	Juliana (62) 3238-2019 ↓

“Enfrente a ilegalidade e o autoritarismo com firmeza e certeza na vitória final do bem” *Sobral Pinto*



revelar

Acesse o OAB Transparente ➔



▶ Por dentro do site

- ▶ O OAB TRANSPARENTE é um portal que qualquer um pode acessar de onde estiver, com um simples clique! Um portal pensado para a advocacia ter controle sobre sua Ordem e que certamente será referência para outras instituições.
- ▶ No site antigo, o acesso ao Portal da Transparência não era intuitivo; as contas eram documentos digitalizados; não era possível estratificar os gastos e as informações eram disponibilizadas uma vez ao ano. Agora, as informações serão disponibilizadas praticamente em tempo real e com facilidade na navegação.
- ▶ O novo site é moderno e responsivo. Intuitivo da sua página inicial até o portal OAB Transparente.
- ▶ Ao acessar www.oab.org.br encontra-se no topo do site o caminho para o portal. Ao clicar em “Transparência”, entramos em um dos mais modernos portais de prestação de contas do País. Com seis menus básicos, é possível navegar em todos os dados da Ordem.
- ▶ No primeiro menu, “Conselho”, acessa-se a todos os gastos de cada conselheiro de maneira clara e objetiva. É possível, inclusive, filtrar por nome.
- ▶ Em “Perfil do conselheiro ou diretor”, o internauta encontra o perfil e as contas, estratificando por mês a quantidade gasta. É possível clicar no ano e mês e descobrir o que foi gasto e para quem foi pago. Os gastos são organizados por descrição do serviço e quando o internauta clica na descrição mostra-se quanto foi pago e para quem foi pago.
- ▶ Em “Comissões”, estão disponíveis os gastos de cada comissão, podendo aqui também filtrar por comissão e descobrir o que foi gasto e para quem foi pago, além do acesso ao gráfico mensal.
- ▶ No terceiro menu, “Gestão e governança”, o acesso à estrutura administrativa e seu organograma é simplificado, além das demonstrações contábeis e auditoria, com os relatórios dos anos anteriores também. Há também o menu para as certidões e declarações de débito, além dos atos oficiais e as atas das sessões.
- ▶ No menu “Convites públicos e contratos”, é possível conferir todos os convites para fornecedores em dois status, “em andamento” e “finalizado”, de uma forma simples e aberta a todos, sem qualquer favorecimento, além dos contratos já assinados na íntegra, com seu resumo, para facilitar buscas com empresa, contrato, objeto e vigência.
- ▶ No menu “Gestão de pessoas”, temos a relação de todos os colaboradores, com nome, função e data da admissão. Na próxima etapa, haverá o plano de cargos e salários, que facilitará a identificação da faixa salarial de cada colaborador por função.
- ▶ Já no menu “Orçamento e finanças”, é possível acessar o orçamento do ano aprovado no conselho, as receitas da Ordem detalhadas, além de duas importantes opções de acesso: uma delas, a “despesas da OAB”, com tudo o que foi pago desde que a gestão assumiu e as “despesas da gestão anterior”, que mostra que herdamos problemas, e sérios problemas, mas não nos esquivamos. Muitas contas estavam em atraso, renegociamos e colocamos em dia, e, aqui, é possível acompanhar todo esse processo.

Institucional



Os conselheiros federais Marcello Terto, Leon Deniz, Valentina Jungmann, Marisvaldo Cortez, Fernando de Paula (na foto maior, com o presidente Lúcio Flávio) e Dalmo Jacob (detalhe) integram importantes comissões da OAB Nacional; já a conselheira seccional Ariana Garcia é membro da Comissão Nacional da Mulher Advogada

Goianos se destacam no CFOAB

Bancada federal é referência no ensino jurídico, na advocacia pública e relações institucionais

Grande parte do prestígio conquistado pela Seccional Goiás para além das fronteiras do Estado se deve à excelência do trabalho realizado pelos conselheiros federais goianos ou mesmo por conselheiros seccionais nomeados para desempenhar importantes funções de projeção nacional. E o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil (CFOAB) está cada vez mais reconhecendo o esforço e competência de quem não tem medido esforços para tão bem representar a Advocacia goiana. Ao longo do ano, os seis conselheiros federais da seccional foram empossados pelo presidente do CFOAB, Cláudio Lamachia, para encabeçar trabalhos estratégicos e de grande visibilidade.

O conselheiro Marisvaldo Cortez Amado passou a integrar a Coordenação Nacional do Exame de Ordem da OAB, um dos trabalhos de mais alta envergadura dentro da Ordem. A solenidade de posse foi realizada em Brasília, no 1º Fórum Nacional de Exame de Ordem. Marisvaldo destaca a importância da coordenação nacional para o aprimoramento da aplicação do Exame, na legislação e normas e no ensino jurídico. “O objetivo é sempre prestar um serviço eficaz para o futuro advogado, contribuindo para a melhor estruturação da prova”, reiterou. “Nossa missão é a melhoria na qualidade da prova e dar transparência ao resultado, prezando pela ética e as prerrogativas do advogado”, disse.

No mesmo mês, a advogada Ariana Garcia passou a integrar a Comissão Nacional da Mulher Advogada do Conselho Federal da OAB. “No ano da mulher advogada, pretendo, juntamente com a diretoria da OAB-GO, somar esforços na realização de metas propostas e discutir o valor da mulher dentro da sociedade. Com a bagagem profissional resultante da minha atuação no meio advocatício, posso contribuir efetivamente com os trabalhos da Comissão do Conselho Federal”, afirma.

A atuação na área tributária alçou o conselheiro federal Dalmo Jacob do Amaral Júnior à vice-

presidência da Comissão Especial de Direito Tributário do CFOAB, cargo para o qual foi empossado em maio deste ano. De acordo com Dalmo, a sua função na comissão será a de fazer estudos dos tributos em níveis federais, estaduais e municipais. “É uma felicidade muito grande representar a OAB Goiás na esfera nacional, principalmente neste momento em que ocorrerão grandes mudanças na economia do País”, disse Dalmo à época.

Já a conselheira federal Valentina Jungmann está à frente do Conselho Consultivo da Escola Nacional da Advocacia (ENA), desenvolvendo um importante trabalho em prol da formação continuada da advocacia. Para o presidente do CFOAB, Cláudio Lamachia, o nome da goiana integra o rol daqueles que trazem rica experiência de suas seccionais no que diz respeito à capacitação profissional dos advogados. “É dever da Ordem, enquanto instituição, prover os meios de qualificação profissional do advogado brasileiro para que este preste um serviço cada vez melhor ao cidadão”, apontou.

Interlocução parlamentar

Em julho, Leon Deniz Bueno da Cruz assumiu a vice-presidência da Comissão Nacional de Legislação. “O papel desta comissão é fazer um elo entre o Conselho Federal e o Congresso Nacional. Estamos sempre acompanhando os projetos de lei que interessam à advocacia e à própria sociedade”, explica o conselheiro. Leon diz que essa intermediação também é estabelecida com base na seccional. “Procuramos sempre ouvir as ideias, fazendo a ponte entre os advogados e o Conselho Federal. Aqueles projetos que forem factíveis, nós iremos trazer ao debate, juntamente com a comissão que tiver temática relacionada. Advogados dos quatro cantos do Estado têm todo espaço para entrar em contato comigo”, afirma.

O conselheiro tem planos para expandir sua atuação. Leon não entra em detalhes, pois o projeto está em fase de amadurecimento e ele pretende levar o as-

sunto para deliberação junto a seus pares, mas antecipa que tem a ver com a moralização na gestão pública. “Quero desenvolver um mecanismo que torne mais transparente e ética a nomeação para tribunais. Acabar, ou pelo menos diminuir, a ingerência do Executivo. Da forma como as relações se estabelecem hoje, as pessoas que chegam para ocupar cargos acabam compromissadas com quem as indicou. E eu sou um defensor intransigente da liberdade de expressão, de manifestação, da independência dos Poderes e da aplicação do Artigo 37 da Constituição.”

Advocacia pública

Também em julho foi a vez do conselheiro federal Marcello Terto e Silva assumir a presidência da Comissão Nacional de Advocacia Pública (CNAP). A portaria nº 158/2016 instalou a comissão e designou seus dez membros. Marcello expressou toda a satisfação em assumir a incumbência de representar a classe dos advogados públicos, lutar por suas reivindicações e defender suas prerrogativas.

“Fiquei muito orgulhoso e feliz de contribuir com a gestão do presidente Claudio Lamachia e representar a bancada da OAB-GO nessa tarefa de coordenar um colegiado tão qualificado e responsável também por deliberações que valorizem o papel do advogado público neste estágio da história, em que a forma normal de viver a vida é a composição entre as partes, e não essa litigiosidade irracional que nos assombra.”

Recentemente, Marcello ainda foi designado pelo presidente Lamachia como representante titular na comissão organizadora do VI concurso para Defensor Público Federal – 2ª categoria. A primeira reunião, que será realizada em breve, irá discutir o planejamento e estabelecer o cronograma do concurso. “Fiquei honrado com este convite porque, além de representar a Ordem, irei acompanhar a lisura de todo processo seletivo nesta carreira jurídica, que garante o acesso do cidadão brasileiro ao Judiciário”, resumiu o conselheiro.

“ De tal modo amo a verdade que, para proclamá-la, não receio enfrentar desafios ” Sobral Pinto



Gestão resgata compromisso ao criar Procuradoria de Prerrogativas

Próximo passo será a realização de uma seleção pública para a contratação de três procuradores que se dedicarão unicamente a propor ações em defesa dos advogados, em apoio à Comissão de Direitos e Prerrogativas. Edital sai nas próximas semanas

Ao longo de pouco mais de dez meses, a OAB Goiás colhe os frutos dos compromissos firmados pela nova gestão. E mais um passo importantíssimo foi dado, com o resgate de uma das principais bandeiras defendidas pela ‘OAB Que Queremos’. O Conselho Seccional criou a Procuradoria Regional de Defesa das Prerrogativas (PRDP-OAB/GO), órgão que irá integrar, juntamente com a Procuradoria Regional Jurídica (PRJ-OAB/GO), a Procuradoria Geral da OAB/GO (PG-OAB/GO). Para o diretor-tesoureiro da OAB Goiás, Roberto Serra, essa medida é mais que o resgate de uma promessa de campanha.

“A criação desta procuradoria é momento precioso para nós, pois além de ter sido um dos nossos principais compromissos durante a campanha, a defesa das prerrogativas é nossa maior cruzada”, afirma Serra. Muitos podem se perguntar por que a criação não se deu imediatamente. O tesoureiro explica: “Durante o primeiro semestre do ano, nós nos encarregamos de visitar várias seccionais, que têm modelos de procuradorias de prerrogativas. Aproveitamos aquilo que já funciona em outros locais para construir nosso modelo, atentos às peculiaridades da Seccional de Goiás e submetemos ao Conselho Seccional para a institucionalização dessa procuradoria, que passa a ser um novo órgão da OAB”, relembra.

O objetivo é profissionalizar o trabalho realizado pela seccional em defesa das prerrogativas, que atualmente ficava concentrado nos plantonistas semanais designados pela Comissão de Direitos e Prerrogativas (CDP). “A comissão vai seguir atuante, mas, com o aporte da procuradoria, teremos um ganho de celeridade nos procedimentos judiciais. Nem sempre um membro designado para o processo tem condições de acompanhar os atos processuais. A procuradoria surge justamente para dedicar total atenção aos processos que a comissão patrocina”, explica o presidente da CDP, Erlon Fernandes.

Seleção pública

De acordo com Roberto Serra, o próximo passo será a realização de concurso público para a contratação de três procuradores que se dedicarão exclusivamente a esse trabalho. O edital deverá ser publicado em breve. “Além da criação da procuradoria em âmbito



Reunido ordinariamente, o Conselho Seccional aprovou a criação da Procuradoria de Prerrogativas da OAB-GO

legal, haverá a criação de toda uma estrutura física na sede da seccional, com todo o aparato necessário para que os procuradores possam exercer sua função de forma rápida, competente e efetiva.” Também será feita a aquisição de veículo que ficará à disposição dos futuros procuradores, para que possam atender tanto as ocorrências na Capital quanto no interior.

O presidente Lúcio Flávio de Paiva afirma que a Procuradoria das Prerrogativas “é um sonho antigo”. “A defesa das prerrogativas dos advogados é um exercício constante e diário na Ordem. A criação da Procuradoria das Prerrogativas vem reforçar essa missão, buscando promover a defesa, extrajudicial e judicial, dos direitos e dos interesses da seccional e da advocacia, assim como a defesa de direitos e prerrogativas dos advogados, no exercício da advocacia, nos limites

do seu território”, explica.

Ainda conforme aponta Lúcio Flávio, uma demonstração do tratamento prioritário dispensado a esta área pela nova gestão já foi dada com a instalação de um espaço exclusivo ao Núcleo de Prerrogativas na nova sala da OAB no novo Fórum Cível de Goiânia.

Procuradores

Durante sessão realizada no último dia 10 de novembro, o Conselho Seccional da OAB-GO referendou as indicações dos conselheiros José Carlos Ribeiro Issy e Erlon Fernandes Cândido de Oliveira, além da advogada Talita Paiva Magalhães, para ocupar, respectivamente, os cargos de procurador-geral da OAB-GO, procurador-geral das Prerrogativas da OAB-GO e procuradora Regional Jurídica.

Institucional

OAB Goiás implanta novo modelo de gestão

Meta da diretoria é colocar contas da Ordem em dia e dar mais eficiência e qualidade à administração. Com as finanças saneadas, prioridade é investir na melhoria dos serviços, diz o presidente Lúcio Flávio

“Entregar uma OAB com as contas sanadas e saneadas e com a devida melhoria dos serviços prestados: esse é o nosso objetivo.” Essa é a síntese do trabalho realizado até aqui pela Gestão 2016/2018 da OAB-GO, nas palavras de seu presidente, Lúcio Flávio de Paiva. E a fim de que tal propósito fosse palpável, uma série de medidas tiveram de ser adotadas. Mudanças que trouxeram um gosto amargo num primeiro momento, mas que foram o remédio necessário para restabelecer a saúde financeira da Ordem. Uma das principais “sangrias” a serem estancadas estava justamente na estrutura dos colaboradores. “Tínhamos 91% a mais de funcionários que as outras seccionais, o que nos comprometia mais de R\$ 17 milhões só com pessoal”, aponta Lúcio. Gasto este que representava 66% de sua receita com a folha de pagamento de 517 colaboradores, quando o limite de comprometimento indicado pelo Conselho Federal da OAB é de 35%. Foi necessário, então, cortar na carne.

De imediato, 158 funcionários foram desligados. “Os cortes com pessoal foram feitos porque não havia outra saída. Não havia como pagar estas pessoas. Herdamos uma dívida muito expressiva de gestões anteriores e temos a responsabilidade de saná-la.” Ao atingir um quadro com menos de 300 empregados, a OAB-GO alcançará uma proporção equivalente a 1% do total de 30 mil advogados inscritos. Além disso, a OAB Goiás contratou uma empresa de consultoria que efetivou mudanças em todos os departamentos, com o intuito de profissionalizar os servidores e implantar melhorias em suas práticas de gestão.

Lúcio Flávio salienta que a redução de colaboradores foi necessária, mas não a única medida. Também foi preciso que os processos da OAB-GO fossem modernizados. “Houve um investimento importante na área de Tecnologia da Informação”, diz o presidente. A seccional adquiriu um novo data center, colocando boa parte de seu banco de dados em nuvens, além da implantação de um novo software de gestão, lançando assim as bases para a conversão de todos os processos manuais em digitais, inclusive os processos éticos-disciplinares. “Para todo e qualquer serviço que o advogado demanda, ele precisava comparecer pessoalmente. Com este novo sistema, tudo será feito por meios digitais”, prevê o presidente.

Contas em dia

Graças a um esforço sistemático para sanear as contas da seccional, a OAB Goiás obteve um grande êxito em negociações e já conseguiu quitar boa parte das dívidas com



Vice-presidente Thales Jayme, presidente Lúcio Flávio de Paiva, secretário-geral Jacó Coelho, diretor-tesoureiro Roberto Serra e presidente da Casag, Rodolfo Otávio Mota: maior eficiência e mais qualidade com menos gastos

fornecedores e empresas prestadoras de serviços, herdadas das gestões anteriores. Apesar do volumoso montante de débitos a serem regularizados, a Ordem conseguiu dialogar com muitos dos credores, discutindo uma forma de pagamento que fosse adequada tanto para a seccional quanto para as empresas. E o que é melhor: obtendo descontos junto aos credores.

Em um levantamento realizado até o mês de agosto, a atual gestão já havia pago R\$ 576.930,73 com fornecedores e prestadores de serviços, despesas relativas ao ano de 2015. São contas que vão de limpeza e manutenção das instalações da OAB, aluguel de carros e computadores até o pagamento de lanches para comissões e hospedagens de conselheiros. Esse valor deve aumentar em função dos próximos lançamentos, mas a negociação junto aos fornecedores foi vantajosa para a Ordem.

Segundo a Controladoria da OAB Goiás, cerca de 70% dos fornecedores concordaram em receber os valores em aberto sem a cobrança de juros e de multa, o que facilitou o acerto. A maioria também saldou custas de cartório para a baixa dos títulos que haviam sido protestados, cabendo à OAB arcar apenas com as cartas de anuência. Valores na ordem de R\$ 5.000,00 foram pagos à vista e aqueles que ultrapassavam essa cifra foram parcelados; alguns chegaram a ser divididos em oito vezes.

De acordo com um relatório apresentado pela Controladoria da OAB Goiás, as despesas discriminadas iam de R\$ 410,00 (carga de gás para ar-condicionado split) a R\$ 79.000,00 (locação de máquinas). Algumas já estavam há

muito pendentes. Para se ter uma noção, a cesta de Natal dada aos funcionários da OAB-GO só foi paga bem depois do carnaval, e em quatro parcelas. Até mesmo as despesas do Baile do Rubi de 2015, realizado em 28 de agosto do ano passado, estavam pendentes.

Outro grande evento que deixou muitas contas em aberto foram os Jogos Nacionais da Advocacia, a 1ª Olimpíadas OAB, entre os dias 2 e 7 de setembro do ano passado. Foram pagos quase R\$ 225 mil em dívidas relacionadas a despesas com equipamentos esportivos, aluguel de veículos e serviços de arbitragem.

A mobilização da nova gestão para organizar as contas da OAB começou ainda durante o período de transição, em dezembro de 2015, mais exatamente no dia 22. Durante cerca de uma semana, a diretoria da OAB Goiás se debruçou sobre as pilhas dos inúmeros contratos pendentes disponibilizados pelo setor financeiro para avaliar item a item e, a partir desta triagem, estabelecer um cronograma de pagamentos, que teve início em fevereiro. Com a retomada dos pagamentos, a seccional não apenas reitera o compromisso da nova gestão em honrar todos os acordos, mas também o respeito aos fornecedores, seu bom nome na praça e a preocupação em deixar a Ordem novamente no “azul”, com as contas saneadas e em dia.

Novos geradores

“Pode parecer um ato singular, mas tem grande significado no que toca à perenidade dos serviços prestados pela OAB Goiás”, disse Lúcio Flávio em abril, ao instalar

“O poder público tem o dever de impedir a imoralidade sob todos os seus ângulos e aspectos” *Sobral Pinto*



os grupos geradores de energia da sede da instituição e do Edifício Olavo Berquó, prédio anexo. Com “custo zero” para a OAB, os equipamentos foram cedidos pela Credijur como parte de um contrato que prevê a gestão financeira das contas da entidade, emissão de boletos, cobranças e folha de pagamento. Com a aquisição, os serviços prestados pela OAB deixaram de parar em caso de falta de fornecimento de energia pela Celg. “Isso sim é esforço de gestão”, define o secretário-geral Jacó Coelho.

Os grupos geradores foram adquiridos pela Credijur e repassados à OAB-GO pela empresa Stemac. São dois grupos, o da sede, com 230 Kva, e o do anexo, com 150 Kva. A potência atende à demanda dos prédios, superando ainda em 10% do necessário. O fornecimento ininterrupto de energia elétrica faz parte do novo modelo de gestão. “A OAB-GO não ficará um minuto parada, razão pela qual resolvemos fazer esse investimento. Tudo isso faz parte da melhoria dos serviços para a advocacia goiana”, ressaltou o presidente Lúcio Flávio.

▶ NOVO QUADRO DE PESSOAL

Atual

517 colaboradores

Meta

280 colaboradores

Redução imediata

158 colaboradores

▶ REALIZAÇÕES DA NOVA GESTÃO

- ▶ Seleção pública - OAB, Casag e ESA
- ▶ Adoção de modelo de compras – pregão eletrônico - OAB, Casag e ESA
- ▶ Regionalização dos serviços - OAB, Casag e ESA
- ▶ Regularização do repasse dos Duodécimos para Subseções
- ▶ Programa de Reinserção do advogado
- ▶ Instalação de sala no complexo prisional, no novo Fórum Cível e no Complexo de Delegacias Especializadas
- ▶ Reforma da sala da OAB do Setor Oeste
- ▶ Renegociação do plano de saúde Casag Unimed – índice de reajuste caiu de 21,98% para 14%

Cancelamento de 16 contratos (Representa economia anual de R\$ 1.079.208,96)

▶ NOVO ORÇAMENTO

CORTE DE **R\$ 16.845.900,04**

Artigo

Fazer mais com menos

“Fazer mais com menos.” É com este pensamento que a Seccional de Goiás da Ordem dos Advogados do Brasil estabeleceu uma série de medidas necessárias para recuperar a saúde financeira da instituição, de modo a permitir que ela se recupere e volte a caminhar a passos firmes e largos rumo ao futuro.

Para alcançar estes objetivos, a diretoria da OAB-GO trabalha incansavelmente em diversas frentes para modernizar a gestão. Num primeiro momento, fez-se necessário um rigoroso ajuste para reduzir custos, premissa básica para cumprirmos nossa missão de melhorar os serviços oferecidos à advocacia. No horizonte, avistamos uma gestão com mais eficiência e mais qualidade a menor custo. Foi necessário um trabalho árduo para racionalizar despesas, fundindo departamentos que executavam trabalhos semelhantes e diminuindo o quadro de funcionários.

A OAB Goiás era, no sistema nacional, um exemplo de má gestão, com uma folha entre as mais inchadas e incompatíveis com o volume e qualidade de serviços oferecidos. A seccional do Distrito Federal, por exemplo, atende a 38 mil advogados ativos, enquanto que a de Goiás está chegando aos 31 mil. São 7 mil advogados a mais. No entanto, a OAB-DF possuía 230 colaboradores, contra 517 na OAB-GO em 1º de janeiro de 2016. A seccional vizinha nos ensina que é possível trabalhar com uma máquina melhor estruturada, com sistemas mais eficientes, estrutura física e equipamentos mais modernos.

Mas nem tudo são cortes dentro do novo modelo de gestão. Foi preciso também abrir caminho para que o novo pudesse chegar e dar frescor à estrutura da seccional. Uma vez deixando a máquina mais leve, criou-se espaço tanto para a contratação de novos colaboradores, mais qualificados, quanto para a celebração de novos contratos para prestadores de serviço em bases mais vantajosas. Processo este que trouxe uma inovação há muito reivindicada pela categoria: transparência. A OAB, hoje, está fielmente atenta a princípios de publicidade e impessoalidade.

Já realizamos três processos seletivos para contratação de funcionários e perto de 60 convites públicos para empresas

fornecedoras de serviços profissionais das mais diversas especialidades.

A confecção dos convites públicos leva em consideração a excelência aliada ao menor custo. Um exemplo foi a seleção para contratação de empresas de comercialização de alimentos e bebidas encarregadas de administrar todos os bares e restaurantes do Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da OAB-GO.

Entre outros aspectos, a vencedora assumiu o compromisso de investir na melhoria do atendimento e na variedade do cardápio, além de oferecer retorno financeiro, atuando como parceira da OAB. O objetivo perseguido foi o de proporcionar bem-estar aos frequentadores do clube, seguindo padrões de segurança e critérios de higiene estipulados pela Vigilância Sanitária.

Também foram abertas seleções para a contratação de seguro para o patrimônio da OAB e para a implantação de softwares para as sedes administrativas. A Casag também realizou certame que escolheu a instituição que lhe prestará serviços bancários. A Credseguro, da rede Sicoob, venceu a concorrência pública, que teve a participação de 13 instituições financeiras.

A OAB-GO disciplinou ainda a terceirização de atividades, alocando mão de obra de empresas especializadas, por exemplo, em serviços como jardinagem e paisagismo, limpeza e manutenção de piscinas, exploração e administração de estacionamento, construção civil, elaboração de projetos e fiscalização de obras, manutenção de PABX e de ar-condicionado.

Quando se reduz a máquina e se terceiriza atividades-meio, foca-se o campo de atuação para o fim, aquilo que efetivamente é o objeto da Ordem. Nosso negócio é prestar bons serviços à advocacia. Todas as atividades que não estiverem dentro deste escopo serão repassadas a quem faz melhor. E com preço menor.

Jacó Coelho

Secretário-geral da OAB-GO



Institucional

Após auditorias, OAB-GO busca responsabilizações

Conselho Seccional da entidade avalia viabilidade de contratação de perícia que fará pente-fino em obras e contratos

Fechar os cortes, estancar a sangria, curar a ferida. Logo no início da gestão, a nova diretoria da Seccional Goiás da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-G) se deparou com uma tarefa hercúlea: saldar a dívida milionária herdada de gestões anteriores para colocar as contas em ordem. E, para isso, foi necessário colocar o dedo na ferida. Duas auditorias verificaram a movimentação financeira da autarquia durante o ano de 2015 e trouxeram uma ingrata surpresa. O relatório apresentado aos inscritos e à imprensa, no dia 31 de março deste ano, mostrou que o rombo chegava aos R\$ 23 milhões. “É um endividamento absolutamente incompatível com a capacidade de pagamento da seccional”, declarou o presidente Lúcio Flávio de Paiva.

Contra fatos, não há argumentos. E os últimos novos fatos só vieram a endossar o que já é público e notório à advocacia: da dívida de R\$ 23 milhões, R\$ 4,2 milhões foram gerados somente no exercício de 2015, enquanto que, “em caixa”, a seccional dispunha de pouco mais que R\$ 760 mil para pagamento de todas as contas pendentes. É o que apontou a revisão do relatório elaborado pela Marol Auditoria e Consultoria Contábil, apresentado no dia 30 de setembro de 2016. O novo documento incorporou informações que não haviam sido disponibilizadas à Marol quando da divulgação, em agosto, de um re-

plano da correção. “Esse parecer coloca tudo em seus devidos lugares. Ele mostra que a OAB vem realizando déficits, exercício após exercício, e em 2015 não foi diferente. E constata também que a atual gestão recebeu a Ordem com uma dívida consolidada de R\$ 23 milhões.” Ainda de acordo com o presidente, o documento será anexado à prestação de contas da gestão passada e enviado para apreciação do Conselho Federal da OAB (CFOAB). Agora o Conselho Seccional avalia a viabilidade de promover perícias nos contratos e gastos da gestão anterior, na tentativa de se chegar às causas que levaram o endividamento a tamanha cifra. “Se responsabilidades forem descobertas, elas serão devidamente apuradas. Sempre garantindo o contraditório e a ampla defesa, obviamente, mas é nossa obrigação dar uma resposta à advocacia”, diz o presidente.

Números discrepantes

Mas como é possível que uma mesma auditoria chegue a números tão discrepantes? “Os dados que foram repassados pelo ex-presidente estavam incompletos e nem de longe representavam a realidade financeira da Ordem. Não sei se isso se deu por desconhecimento ou má-fé, mas houve diversas distorções, o que comprometeu a interpretação dos números”, explica Lúcio Flávio.

Entre as incongruências, havia a existência de receitas reconhecidas pelo regime de caixa, em detrimento do regime de competência, dentro do exercício findo em 31 de dezembro de 2015; despesas apontadas em prestação de contas das subseções decorrentes de adiantamentos anteriormente concedidos pela seccional; e reconhecimento de passivos e despesas decorrentes de cálculo incorreto de repasses estatutários obrigatórios.

Parecer adverso

Além da dívida de cifra robusta, a conclusão do relatório dos analistas da Marol emitiu parecer “adverso”, atribuído quando constata-se que as demonstrações contabilísticas não representam adequadamente a posição patrimonial e financeira, nem o resultado das operações e/ou as mutações do patrimônio líquido, e/ou as origens e aplicações de recursos de acordo com os Princípios Fundamentais de Contabilidade. O auditor deve, portanto, emitir parecer adverso quando verificar efeitos que, em sua opinião, comprometam em tal magnitude as demonstrações contabilísticas examinadas, a ponto de não ser suficiente a simples ressalva no parecer. Nessas circunstâncias, uma ressalva não é considerada apropriada, uma vez que o auditor não possui informações suficientes para declarar que as demonstrações contabilísticas estão em ordem.

Outro diagnóstico da crise na OAB veio por meio da Controladoria do CFOAB. No item 4.4.7, o relatório aponta que a liquidez corrente é de R\$ 0,24/1,00. Mas, ao excluir os créditos que deveriam ser baixados contra as “despesas” e incluindo-se as obrigações decorrentes dos ajustes de cotas estatutárias, o ativo circulante ficaria reduzido para cerca de R\$ 1.399.843,62 e o passivo circulante, para cerca de R\$ 22.339.872,51, fato que reduziria a liquidez corrente para algo em torno de R\$ 0,06/R\$ 1,00 e que o capital de giro negativo fica em torno de R\$ 2,719 milhões. Ou seja, de cada R\$ 1,00 em dívidas, a OAB Goiás disporia apenas de 6 centavos para o respectivo pagamento. “Estamos em insolvência absoluta”, sentenciou o secretário Jacó Coelho à época.

Tanto a constatação das auditorias como a análise de contratos trouxeram indícios de que uma das possíveis razões para o rombo milionário teria sido principalmente a ineficiência na gestão dos re-



Vice-presidente Thales José Jayme; presidente Lúcio Flávio Siqueira de Paiva; secretário-geral Jacó Coelho; tesoureiro Roberto Maia, e o presidente da Casag, Rodolfo Mota, durante apresentação de relatórios de auditorias à imprensa e conselheiros

latório preliminar que apontou um superávit fictício de R\$ 5.478.738.

De acordo com o mais recente parecer, na posição do dia 31 de dezembro de 2015, a OAB Goiás tinha uma dívida no passivo circulante no valor de R\$ 22.535.637, na qual a maioria dos títulos encontrava-se vencida. Além disso, a seccional possuía uma dívida no passivo não circulante de R\$ 540.400, ou seja, totalizando em R\$ 23.076.037. Na conta bancária da OAB-GO havia um saldo de R\$ 767.044. “Quando assumimos, no dia 1º de janeiro, pagamos a folha e depois ficamos escolhendo qual conta que estava protestada que iríamos pagar”, recorda-se o secretário-geral Jacó Coelho.

Segundo Lúcio Flávio, o relatório retificado, apesar de não ter trazido nenhuma novidade, coloca a questão da dívida da seccional no

“As paixões afastam a serenidade e a imparcialidade da Justiça”
Sobral Pinto



▶ Conclusão do relatório dos analistas da Marol

0ª REUNIÃO DA DIRETORIA - TRIÊNIO 2016/2019

15.011204-1. Assunto. OAB/GO. Regularização. Cálculo de Cotas e 2012 a 2015. Lançamento. Débito.

Decidiu a Diretoria, por unanimidade, determinar o recálculo das cotas estatutárias do Conselho Seccional da OAB/Goias, com a inclusão das parcelas denominadas “contribuições voluntárias” incluídas na cobrança regular das anuidades dos exercícios de 2012, 2013, 2014 e 2015, com os consequentes lançamentos dos débitos decorrentes, em observância aos dispostos nos artigos 56 e 57 do Regulamento Geral. Encaminhar ao Diretor-Tesoureiro para orientação dos procedimentos a serem aplicados e comunicação à referida Seccional.

Brasília, 22 de junho de 2016.

Claudio Pacheco Prates-Lamachia
Presidente

Decisão da diretoria do CFOAB determinando cobrança de repasses estatutários sobre as ‘contribuições voluntárias’

ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL – SECCIONAL GOIÁS
Demonstrações financeiras republicadas, findas em 31 de dezembro de 2015
(valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Balancos patrimoniais
findos em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Em milhares de R\$	31/12/2015		31/12/2014	
	Reapresentado		Reapresentado	
ATIVO	NOTA		PASSIVO	NOTA
ATIVO CIRCULANTE	10.732.552	1.386.719	PASSIVO CIRCULANTE	22.535.637

Relatório apresenta o passivo financeiro da OAB-GO

RESULTADO FINANCEIRO	(875.684)	(905.121)
Receitas financeiras	333.771	441.944
(-) Reserva de contingências	0	
(-) Despesas financeiras	(1.209.455)	(1.347.065)
SUPERÁVIT/DEFICIT DO EXERCÍCIO	(4.287.607)	705.185

Lucio Flávio Silveira de Paiva
Presidente da OAB-GO

Wederson Silva Viana
Administrador de Empresas/Contador
CRC-GO 17644

O déficit do exercício de 2015 foi de R\$ 4,287 milhões, segundo os auditores independentes

curso financeiro. O acréscimo do déficit se deve em boa parte a empréstimos contraídos com bancos. Na véspera da eleição de 2015, no dia 26 de novembro, por exemplo, a OAB-GO fez um empréstimo de R\$ 2 milhões com o Banco Santander. Segundo Lúcio Flávio, a quantia foi destinada a fluxo de caixa, mais exatamente para despesas com o pagamento de pessoal em novembro e dezembro daquele ano, apesar de a administração não ter declarado claramente a destinação do montante.

O contrato firmado entre a OAB e o banco previa o pagamento em uma única parcela, agendada somente para quatro meses depois, já no exercício da atual gestão. Como observa Roberto Serra, a transação foge da prática ordinária, uma vez que a demora no pagamento acarretou um juro de R\$ 163.895,00. “Se você planeja fazer o pagamento todo de uma vez, não faz o menor sentido demorar tanto tempo para quitá-lo”, diz. Além da negociação com o Santander, a gestão atual herdou também dívidas de 2013/2014 relativas a empréstimos junto ao Credijur e à CEF na ordem de R\$ 1,89 milhão.

Retrospectiva

Os primeiros dados foram levantados pela Marol, empresa contratada pela gestão anterior, que já apontaram uma série de inconformidades. A par destas irregularidades, o primeiro ato da nova gestão foi requerer ao Conselho Seccional que autorizasse a vinda a Goiás da Controladoria do CFOAB. Durante uma semana, os analistas se debruçaram sobre a contabilidade da OAB Goiás e emitiram relatório que corroborou a primeira análise. “Todos os elementos nos mostram que o ano de 2015 foi

um ano ‘sui generis’ no que se refere aos gastos da seccional”, conclui o tesoureiro Roberto Serra.

A dívida em si não foi uma surpresa; o que deixou a diretoria impressionada foi o volume. A cifra aumentou quase o dobro da que foi estimada pela direção eleita no fim do ano passado. O então vice-presidente Sebastião Macalé denunciou que a gestão de seu antecessor havia deixado uma dívida de mais de R\$ 13 milhões na entidade, ao invés dos R\$ 6,9 milhões que haviam sido declarados.

Ainda de acordo com os dados apresentados em março, a OAB Goiás possuía cerca de R\$ 400 mil de diversos títulos protestados em cartório por fornecedores e prestadores de serviço. Houve situações em que os Correios suspenderam o envio de correspondências da instituição. Ocorreram também casos em que algumas subseções tiveram água e luz cortadas, como em São Luís dos Montes Belos. A subseção de Piracanjuba denunciou que não recebia repasses do duodécimo desde maio de 2015.

Diante de uma situação de extrema fragilidade financeira, a diretoria precisou adotar medidas austeras para conter os gastos, numa tentativa de organizar as contas em curto prazo. A primeira providência tomada foi analisar centenas de contratos com fornecedores e prestadores de serviço para otimizar gastos. Destes, 16 foram rescindidos, o que de imediato já representou uma economia anual de pouco mais de R\$ 1 milhão. As ações também impactaram o quadro pessoal, com o desligamento de 158 pessoas. Até então com 517 colaboradores, a Seccional de Goiás detinha uma média de 91% a mais

de funcionários que as demais seccionais brasileiras. A folha de pagamento era de mais de R\$ 17 milhões, uma das mais inchadas do País. “A meta é alcançarmos uma folha com 280 funcionários”, explica Jacó Coelho.

Perícias em contratos e obras

“Mais do que auditar, uma possível nova verificação na OAB terá a função de periciar as contas”, explica Lúcio Flávio. O processo está em fase de seleção da empresa, para, depois, aprovação pelo CS. Entre as atribuições, a firma deverá analisar a prestação de contas das subseções; fazer avaliação sazonal dos balancetes contábeis e averiguações das distorções provocadas; levantar as irregularidades; verificar processos de contratação, pagamentos e serviços prestados, contratos e execuções de obras. A nova análise também irá se debruçar sobre a relação dos contratos vigentes e vencidos dos prestadores de serviço da OAB-GO no período sob análise e identificar, com base em amostragem, evidências da respectiva realização, além de avaliar a natureza dos serviços, custos e as condições de contratação. O objetivo é fazer um aprofundamento dos dois primeiros relatórios e averiguar a lisura de contratos celebrados em gestões passadas. Por meio destes novos dados, é possível apurar se houve irresponsabilidade por parte da gestão com relação aos recursos ou se houve crime de responsabilidade fiscal.

Caso seja comprovado, a OAB-GO tomará as medidas cabíveis, até mesmo acionando o Ministério Público, para que os agentes envolvidos respondam legalmente.

Institucional



FGTS e INSS foram recolhidos e não repassados

Ao assumir a gestão da OAB-GO, a nova diretoria se deparou com muitos absurdos. Uma das situações que causaram perplexidade foi a ausência de repasse dos valores referentes ao recolhimento do FGTS dos funcionários e INSS de segurado e patronal. A auditoria revelou que houve a retenção, mas o dinheiro não chegou até a Previdência Social. Constavam diversos atrasos, tais como Guia da Previdência Social (GPS) da Sede de ago/15 e de out/2015 a dez/15 (R\$ 942.288,00); GPS de Subseções de out/15 a dez/15 (R\$ 57.004,00); FGTS de set/2015 a dez/15 (R\$ 268.048,00); IRPF/Subseções, com vencimentos de 18.12.15, em R\$ 4.138,00 (códigos 0561) e IRPF/obra de Anápolis, com vencimento em 20.11.2015, em R\$ 2.608,00. O não repasse constitui crime de apropriação indébita, previsto pelo Artigo 168-A do Código Penal.

“Art. 168-A Deixar de repassar à Previdência Social as contribuições recolhidas dos contribuintes, no prazo e forma legal ou convencional: (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000) Pena - reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa. (Incluído pela Lei nº 9.983, de 2000)”

Os pagamentos estavam suspensos desde agosto de 2015 e somente após uma negociação da OAB com o governo federal foi possível retomar os repasses, para extinguir a culpabilidade pela omissão. O INSS foi parcelado em 60 vezes; a adesão dos patronais foi realizada em março e a dos segurados, em maio, devido aos trâmites burocráticos. Já o FGTS do mês atrasado está sendo pago desde maio deste ano, juntamente com cada mês de competência.

Festa de “arrombo”

Outra conta que caiu no colo da atual gestão foi a dívida deixada pelo Baile do Rubi de 2015. No total, a festa custou aproximadamente R\$ 720 mil reais. O número é uma amostra de toda a pompa da festa, uma das mais aguardadas pela advocacia goiana. No entanto, a ostentação deixou uma conta bastante amarga para a atual diretoria: só as garrafas de uísque Johnnie Walker servidas no baile custaram R\$ 25.560, não pagos à ocasião, aos cofres da seccional. Em espumantes, foram R\$ 8 mil. Além de despesas como passagens aéreas para a equipe do ator Thiago Abravanel, que custaram cerca de R\$ 16,5 mil.

Na distribuição de bem-casados, foram gastos R\$ 6.900,00, que só foram pagos à confeitaria Richeesse em março deste ano.

Lúcio Flávio questiona os custos exorbitantes em uma época de crise financeira. “Déficit em festa, quando a advocacia está precisando de internet, de computadores novos, de reformas das salas, de equipar as salas com móveis, com servidores? É importante que a advocacia saiba que é chato para



Presidente Lúcio Flávio de Paiva condenou os custos exorbitantes do Baile do Rubi, em uma época de crise financeira

o novo gestor ficar recebendo cobrança diária de dívidas feitas na gestão anterior”, critica.

Obras que foram lançadas pelas gestões anteriores são outro “vespeiro” para a atual gestão. No total, as dívidas relacionadas às obras seriam de R\$ 4.148.989,93. São sedes campestres, clubes, salões de festa, sedes sociais e auditórios nas cidades de Rio Verde, Anápolis, Firminópolis, Itaberaí, Uruaçu e Jataí, que somam saldo devedor de R\$ 6.125.280,81, dos quais, menos de R\$ 2 milhões foram pagos. Algumas destas obras foram concluídas, mas não receberam móveis. Em outros pontos, as ações foram paralisadas por falta de recursos. Ou nem teriam saído do papel.

Uma situação bastante incomum envolve a reforma do prédio histórico de propriedade da Casag, localizado no Centro de Goiânia, na Avenida Goiás. Foi destinado um montante de R\$ 400 mil do limite especial para as obras da entidade, tendo sido apresentadas alguns notas fiscais para comprovar os gastos. Somente após uma perícia no local será possível aferir se e como os recursos foram aplicados.

Em Rio Verde, a construção de um clube social com salão de festas foi orçada em R\$ 2,2 milhões. A gestão anterior pagou apenas R\$ 103 mil e deixou R\$ 2,096 milhões para a atual direção honrar.

Em Itaberaí, não foi diferente. A construção da sede com salão social teve estimativa de gastos da ordem de R\$ 520 mil. A gestão antiga pagou apenas R\$ 68 mil e deixou para trás uma conta de R\$ 451 mil a ser paga.

720 MIL

Foi o custo do Baile do Rubi, montante que nem de perto foi coberto pela venda de ingressos. Na edição de 2015, contrariando a tradição de que cada advogado leva a sua garrafa, foi servido aos convidados uísque da marca Johnnie Walker, uma conta de R\$ 25,5 mil que ficou para a atual gestão pagar

Dívidas de 2015

*conta garantia

Empréstimos herdados – Banco Santander

Gestão 2015	R\$ 2.000.000,00
Gestão 2015	R\$ 400.000,00*
Total:	R\$ 2.400.000,00

Empréstimos herdados – outros bancos

Gestão 2013/2014 (Credijur)	R\$ 204.000,00
Gestão 2013/2014 (Caixa)	R\$ 1.890.000,00

Fornecedores em atraso

em 31/12/2015	R\$ 2.527.120,69
---------------	------------------

Obrigações tributárias e previdenciárias em atraso em 31/12/2015

INSS	R\$ 1.004.784,00
FGTS	R\$ 158.048,73
DARFs	R\$ 55.995,56
Total:	R\$ 1.218.828,81

Repasse obrigatórios

não efetuados em 31/12/2015

Conselho Federal	R\$ 1.693.983,72
Casag	R\$ 460.175,75
FIDA	R\$ 256.827,21
Repasse para subseções	R\$ 919.774,33
Remanescentes (FIDA, CFOAB, Casag)	R\$ 8.353.910,26
Total:	R\$ 11.684.671,27

“A verdade deve ser pleiteada com ardor e veemência, mas com dignidade e prudência”

Sobral Pinto



OBRAS

DÍVIDAS HERDADAS COM OBRAS

Valor orçado	R\$ 6.125.280,81
Valor pago até 2015	R\$ 1.976.290,88
Valor a ser pago pela gestão atual	R\$ 4.148.989,93

RIO VERDE: CLUBE SOCIAL E SALÃO DE FESTAS

Valor orçado	R\$ 2.200.000,00
Valor pago até 2015	R\$ 103.349,37
Valor a ser pago pela gestão atual	R\$ 2.096.650,00

ANÁPOLIS: SEDE E AUDITÓRIO

Valor orçado	R\$ 1.488.831,58
Valor pago até 2015	R\$ 1.002.291,19
Valor a ser pago pela gestão atual	R\$ 486.540,39

FIRMINÓPOLIS: CLUBE SOCIAL

Valor orçado	R\$ 329.921,18
Valor pago até 2015	R\$ 26.980,90
Valor a ser pago pela gestão atual	R\$ 302.940,28

ITABERAÍ: SEDE COM SALÃO SOCIAL

Valor orçado	R\$ 520.000,00
Valor pago até 2015	R\$ 68.664,71
Valor a ser pago pela gestão atual	R\$ 451.335,29

URUAÇU: SEDE CAMPESTRE

Valor orçado	R\$ 548.944,05
Valor pago até 2015	R\$ 147.182,16
Valor a ser pago pela gestão atual	R\$ 401.761,89

JATAÍ: SEDE

Valor orçado	R\$ 717.548,00
Valor pago até 2015	R\$ 532.306,84
Valor a ser pago pela gestão atual	R\$ 185.241,16

Contribuições estatutárias obrigatórias foram contabilizadas como ‘contribuições voluntárias’

Uma grave incongruência verificada pela auditoria do CFOAB nas contas da OAB-GO foi no tocante à apuração de valores de repasses de contribuições estatutárias obrigatórias (anuidades) contabilizadas indevidamente em “contribuições voluntárias”. Atualmente as anuidades da OAB Goiás variam de R\$ 545,50 para advogados em início de carreira a R\$ 992,00 para os profissionais com mais de três anos de inscrição.

Dos valores pagos, 55% correspondem à anuidade propriamente e 45%, às chamadas ‘contribuições voluntárias’. Sobre estes 100%, devem incidir e serem repassados pela seccional 2% ao Fundo de Integração e Desenvolvimento do Advogado (Fida); 3% ao Fundo Cultural; 10% ao Conselho Federal, e 20% à Caixa de Assistência dos Advogados do Estado de Goiás (Casag). As contribuições são apuradas e registradas pelo método indireto de apropriação, uma vez que a entidade recebe sua parte pelo valor líquido (65%).

Em 2015, o valor da receita angariada com as cotas estatutárias foi de R\$ 12.905.350,69, sendo que o restante, R\$ 15.864.736,87, ficou por conta das chamadas “Receitas Diversas”, que englobam os recebimentos advindos de serviços tais como carteiras e registros. Deste total, R\$ 10,1 milhões se referem à partição das anuidades em “contribuições voluntárias” e R\$ 358.648,36 em juros sobre contribuições voluntárias. Os auditores sublinham no relatório que o expediente seria utilizado com o intuito de “burlar o sistema de compartilhamento, uma vez que, de natureza obrigatória, é desmembrada como ‘contribuição voluntária’ do advogado, sob a destinação de ‘investimentos’, o que,

na compreensão dos analistas, fere de forma “expressiva” o que é disposto nos artigos 56 e 57 do Regulamento Geral (RG).

A OAB Goiás entrou com pedido de conversão da dívida em auxílio financeiro junto ao Conselho Federal, sustentando como argumento o fato de que o débito não foi gerado pela atual gestão. “Nós a assumimos e o Conselho Federal há de ter essa compreensão para com a Seccional de Goiás.” A principal contrapartida é o compromisso de regularizar o repasse do percentual sobre anuidades. A expectativa é de que o CFOAB dê parecer favorável, mas ainda não há uma previsão para manifestação. O Conselho Federal também recomendou à atual gestão que implemente 32 medidas de contingenciamento para sanear suas contas. Entre elas, o corte de 20% de despesas e de 30% dos custos com a folha de pagamento.

A seccional também buscou socorro para o arrocho financeiro na Casag, que fez a cessão onerosa de créditos das ações de execução contra advogados no valor de R\$ 2,164 milhões. Com isso, a Caixa de Assistência repassará imediatamente esse valor aos cofres da OAB-GO e posteriormente promoverá campanha, na qual chamará os advogados inadimplentes para negociarem as anuidades devidas. O presidente da Casag, Rodolfo Otávio Pereira da Mota, explica que a medida emergencial atende não apenas à OAB, mas também aos advogados que enfrentam dificuldades de pagar as anuidades. A campanha idealizada deverá beneficiar cerca de 4 mil advogados goianos, que poderão voltar a atuar na profissão, ao conseguirem restabelecer seus direitos e prerrogativas.

CFOAB cobra repasses

Ano	Valor R\$ *	FIDA 2%	CFOAB 10%	CASAG 10% **	TOTAL
2012	7.121.141,26	142.422,83	712.114,13	1.424.228,25	2.278.765,20
2013	7.854.971,74	157.099,43	785.497,17	785.497,17	1.728.093,78
2014	9.250.564,69	185.011,29	925.056,47	925.056,047	2.035.124,23
2015	10.508.759,29	210.175,19	1.050.875,93	1.050.875,93	2.311.927,04
Total	34.735.436,98	694.708,74	3.473.543,70	4.185.657,82	8.353.910,26

(*)Inclusas receitas com juros (Art. 56)

(**)Consta Ajuste de Redução para 10% (art.57 RG) p/ triênio 2013/2015

Institucional



Diretores da OAB-GO e Casag, presidente do Conselho Federal, Claudio Lamachia, conselheiros e autoridades do Estado prestigiaram lançamento do comitê

Lamachia conclama sociedade à vi

Presidente do CF exalta posição da Ordem pelo fim de doações para partidos e candidatos por parte das empresas. Campanha combate o caixa 2 eleitoral e luta pelo voto consciente

Com o intuito de debater a transparência nos gastos no pleito eleitoral de 2016, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) encampou a campanha contra o caixa 2 e pelo voto consciente. A campanha e o aplicativo foram lançados pioneiramente em Goiás com a presença do presidente do Conselho Federal, Claudio Lamachia.

O advogado gaúcho tem exaltado o posicionamento da Ordem dos Advogados do Brasil a favor do fim de doações para partidos e candidatos por parte das empresas. Ele destacou também que a raiz da corrupção está na relação promíscua entre empresas, candidatos e partidos. “As empresas não doam, as empresas investem. Isto está demonstrado e isto está comprovado”, disse Lamachia, durante seu discurso no Auditório Eli Alves Forte.

O presidente do CFOAB lembrou-se da Lei Anticorrupção e do Movimento de

Combate à Corrupção Eleitoral, entidades, segundo ele, que fortalecem e trabalham no combate à corrupção.

O presidente da OAB-GO, Lúcio Flávio, também tem se posicionado com firmeza a respeito do tema. De acordo com ele, o comitê foi importante para os desdobramentos da política em Goiás.

“A iniciativa atingiu seu objetivo, que foi o de fiscalizar e observar as discrepâncias entre gastos e doações declaradas pelos candidatos e partidos em relação ao volume e grandiosidade das campanhas eleitorais em 2016”, resumiu.

Com a iniciativa da CFOAB aprovada em resolução do Colégio de Presidentes, a Ordem pretende manter uma campanha permanente em defesa de eleições limpas, com a implantação de Comitês Contra o Caixa 2 de Campanhas Eleitorais por todo o País, reafirmando a necessidade da realização de uma reforma política.

Nas eleições municipais deste ano, estiveram e continuam disponíveis o Disque-Denúncia: 0800-642-2210; e-mail é denuncia@eleicoeslimpas.com.br

O site das Eleições Limpas da OAB é www.oabgo.org.br/eleicoeslimpas

Lançamento em Goiânia

Durante o lançamento do Comitê do Combate ao Caixa 2, o ex-juiz Marlon Reis, um dos redatores da minuta da Lei da Ficha Limpa, também se mostrou satisfeito e endossou a importância do movimento. “O momento político é de ebulição, mas necessitamos ir além. Precisamos de menos reclamação e mais ação”, afirmou em entrevista coletiva.

Para Marlon, denunciar práticas corruptas e antiéticas é fundamental para evitarmos que essas mesmas práticas sejam replicadas no curso dos mandatos. “A campanha eleitoral é uma prévia do mandato. Se o candidato tem uma pos-

tura condenável já durante as eleições, tudo indica que ele irá repeti-la no decorrer de sua administração, caso seja eleito”, alerta.

Na oportunidade do lançamento do comitê, Claudio Lamachia também conclamou à vigilância permanente por parte da sociedade civil no sentido de combater práticas nocivas ao processo eleitoral, como o caixa 2, e de se conscientizar para a importância do voto. “Por isso, estamos lançando no Brasil inteiro comitês para combater o caixa 2 em campanhas eleitorais. Os problemas que enfrentamos hoje estão ligados à falta de controle permanente e efetivo do eleitor em cobrar coerência com os compromissos firmados durante as campanhas. O Brasil tem nas mãos uma oportunidade de ouro para amadurecer democraticamente e criar um novo padrão ético na política”, disse à época.



Aplicativo recebe 723 denúncias de caixa 2

A Ouvidoria-Geral do CFOAB consolidou no final de outubro os dados referentes ao aplicativo desenvolvido pela Ordem para monitorar denúncias de suspeita de caixa 2 nas eleições municipais deste ano. No total, 723 manifestações foram enviadas à Ouvidoria por meio do aplicativo, 215 delas acompanhadas de mídias. Do total, 496 manifestações passaram pela primeira triagem da Ouvidoria, quando são visualizados elementos para o prosseguimento da denúncia.

“Conseguimos barrar o financiamento empresarial em partidos e candidatos, forçando as campanhas a serem menos midiáticas e mais propositivas. Foi de grande contribuição. Graças ao aplicativo, transformamos nossos cidadãos em fiscais, aumentando o engajamento e difi-

cultando ainda mais o trabalho daqueles que pretendem deturpar a democracia. Precisamos cada vez mais do envolvimento da sociedade e de todas as instituições para assegurar eleições limpas, em que prevaleçam o debate de ideias e não a pirotecnia patrocinada com dinheiro ilícito”, disse Claudio Lamachia.

O ouvidor nacional da OAB, Elton Assis, divulgou também o resultado do índice de respostas da Ouvidoria. No último trimestre, 97,9% das demandas foram encerradas em 15 dias. “O compromisso é garantir, cada vez mais, que as demandas dos usuários sejam acolhidas e tratadas individualmente, de acordo com as especificidades de cada manifestação e, sobretudo, no menor tempo possível”, afirmou.

(Com informações do CFOAB)

gilância permanente



Ex-juiz de Direito Marlon Reis, Claudio Lamachia e o presidente da OAB-GO, Lúcio Flávio de Paiva

Entrevista / Claudio Lamachia

A relação entre candidatos e empresas, por meio de financiamento, é a raiz da corrupção eleitoral?

Lamachia - Exatamente isso que nós vemos hoje, ou seja, está proibido o investimento de empresas em candidatos e partidos. E está demonstrado por tudo que nós vimos nestes últimos movimentos que a raiz da corrupção eleitoral está nesta relação promíscua das empresas com os candidatos e partidos políticos. A raiz da corrupção estava aí e nós demonstramos isso.

Será o fim das supercampanhas eleitorais?

Lamachia - Hoje nós temos elementos e parâmetros que são absolutamente claros de termos em investimentos em campanha. Hoje nós podemos ter investimento por parte de pessoas físicas, isso vai baratear muito as campanhas políticas e, acima de tudo, nós teremos um ganho com tudo isso, porque não será o marketing eleitoral que irá eleger o candidato e sim as suas propostas, as suas ideias e as suas colo-

cações. Nós queremos saber e conhecer o que pensa o candidato. Não o candidato que tem mais ou menos recursos para produzir um super marketing eleitoral.

Qual será a função dos comitês de combate ao caixa 2?

Lamachia - Agora, com os comitês de combate ao caixa 2, nós pretendemos fiscalizar o cumprimento das regras eleitorais e, principalmente, fiscalizar a utilização dos recursos por parte dos candidatos para sabermos se não estão utilizando de forma errada ou equivocada recursos de empresas, que hoje são proibidos.

Os comitês vão se entender por todo o País?

Lamachia - A ideia é lançarmos todos estes comitês em todas as seccionais do Brasil e termos esta condição de podermos utilizar a força da advocacia brasileira para produzir esta fiscalização, que entendemos ser importantíssima para dar curso a esta ação do Supremo Tribunal Federal.

Institucional

OAB-GO institui seleção pública para contratação de serviços

Novo modelo se iniciou após ampla publicidade das auditorias realizadas pelo Conselho Federal da OAB e pela Marol Auditoria e das ações que foram desenvolvidas. Objetivo é implantar gestão democrática, participativa, transparente e séria no trato do patrimônio da advocacia

A atual gestão da Ordem dos Advogados do Brasil - seção Goiás apresentou um novo modelo de gestão que começa a ser implantado na instituição. Os conceitos de transparência e impessoalidade, próprios da administração pública, se aplicam à gestão e é proposta da diretoria que a ética paute todas as ações. O objetivo é fazer uma gestão democrática, participativa, transparente e com seriedade no trato da coisa pública. “Estes são os nossos princípios”, afirma o presidente Lúcio Flávio de Paiva.

Nesse conceito, todas as contratações de serviços, fornecedores, obras e de pessoal na OAB-GO agora acontecem exclusivamente por meio de seleção pública destinada à ampla concorrência e após a divulgação. “Vence aquele que oferecer o melhor custo-benefício ou tiver o melhor currículo. Estamos atentos aos princípios da administração pública, nesse caso, especificamente, o da impessoalidade”, diz o secretário-geral Jacó Coelho.

R\$ 23 MILHÕES

É o volume da dívida herdada de gestões anteriores

R\$ 29 MILHÕES

Foi o orçamento fictício aprovado pela gestão anterior

R\$ 46,9 MILHÕES

É o orçamento real da OAB-GO para o exercício de 2016

Medidas de modernização da gestão para sanar dívidas

O secretário-geral da OAB-GO, Jacó Coelho, realizou em março último a apresentação dos números levantados pelas auditorias da Marol e do CFOAB e destacou que a diretoria já imaginava que a situação seria complicada, “mas não como encontramos”, afirmou.

Em números exatos, a dívida atual da OAB-GO, herdada das gestões anteriores, é de R\$ 23.076.037. O orçamento fictício, aprovado pela gestão anterior, foi de R\$ 29.010.506, sendo que o orçamento real foi de R\$ 46.985.439,04. Simplesmente, foram omitidos em despesas R\$ 17.974.933,04.

“São dívidas com obras inacabadas no interior e com empréstimos de bancos. Além disso, encontramos uma estrutura obsoleta, deteriorada e que necessita de manutenção. Entre o orça-

mento fictício e o real, a diferença é muito considerável. Segundo o auditor do Conselho Federal, a situação da OAB-GO é a pior entre todas as seccionais”, ressaltou Jacó.

Para controlar e sanear as contas da seccional goiana, medidas de modernização da gestão foram implantadas. Entre as ações estão as novas auditorias que serão realizadas para periciar as contas da instituição.

O secretário-geral da OAB-GO destacou que a seccional gasta 66% de sua receita com a folha de pagamento de 517 colaboradores, quando o limite de comprometimento indicado pelo CFOAB é de 35%. “Nosso objetivo é entregar uma OAB-GO com as contas sanadas e saneadas e com a melhoria dos serviços prestados”, planeja Jacó.



Secretário-geral Jacó Coelho: situação da seccional goiana é a pior do Brasil, diz CF

“Devemos confiar indefectivelmente na virtude da Justiça”

Sobral Pinto



Serviços contratados ou repactuados

CREDIJUR – Cooperativa de Economia de Crédito Mútuo dos Advogados de Goiânia – Sicoob - (Carta Convite 01/2016) - Prestação de serviços bancários para recebimento das anuidades - taxa R\$ 1,45 – contrapartida 02 geradores para Sede e Anexo à Sede Administrativa;

ADVISE – Advise Produtos e Serviços em Tecnologia Ltda - (Carta Convite 02/2016) – fornecimento de publicações jurídicas – valor mensal R\$ 0,00 – substituição da empresa PalPóvoa;

ALGAR

Algar Multimídia S/A – Internet corporativa (redundância): link + gerenciamento de rede – valor mensal R\$ 1.800,00;

GVT

Global Village Telecom – (Carta Convite 03/2016) – Internet corporativa: links da Sede, ESA e CEL – valor mensal R\$ 7.900,00 – substituição da empresa Oi;

POLOAR

(Carta Convite 04/2016) – aquisição e instalação de aparelhos de ar-condicionado para as Sedes Administrativas das Subseções de Anápolis e Iporá – Valor total R\$ 38.951,00;

ARQUIVO TOTAL

Total Archive Ltda (Carta Convite 05/2016) - armazenagem e administração de documentação – valor mensal R\$ 0,90 por caixa e R\$ 0,11 digitalização por folha – substituição da empresa Arquivo OFF;

ASSISTE SOLUÇÕES EM TI

(Carta Convite 06/2016 e 09/2016) – aquisição e instalação de data center – valor total R\$ 438.266,87;

DESTRA CONTABILIDADE

Destra Inteligência Contábil – (Carta Convite 10/2016) – prestação de serviços profissionais de Contabilidade – valor mensal R\$ 7.000,00 – substituição da empresa Solucont Gestão Empresarial;

BR CONSELHOS

BRC Soluções em Gestão e Tecnologia da Informação Ltda – Licença de uso de software e prestação de serviços correlatos – Valor de licença, migração, implantação e treinamento R\$ 208.126,00. Valor mensal R\$ 8.100,00 (manutenção e suporte técnico);

KRM SOLUÇÕES GERENCIAIS

Rudimar Caetano Ferreira – prestação de serviço de reestruturação de sistema software RM-TOTVS – valor total R\$ 13.500,00;

NOBREAK E CIA

(Carta Convite 08/2016) – aquisição e instalação de dois nobreaks, um para cada prédio da Sede Administrativa da Seccional – valor total R\$ 139.000,00;

SALVAR

Salvar Gerenciamento de Risco – (Carta Convite 11/2016) – prestação de serviços profissionais de guardavidas no CEL da OAB-GO – valor da diária por salva-vidas R\$ 200,00 – redução de 6,22% no valor da diária;

VIVO

Telefônica Brasil S/A – (Carta Convite 12/2016) – plano corporativo para telefonia móvel com 40 acessos – valor mensal R\$ 1.588,50;

JARDINAGEM

Construtora Rio Claro – (Carta Convite 14/2016) – prestação de serviços de jardinagem no CEL, Sede Administrativa e ESA – valor mensal R\$ 29.000,00;

FUTURA CLIMATIZAÇÃO

Dinamerico Gomes Neto – (Carta Convite 20/2016) – prestação de serviços de manutenção de aparelhos de ar-condicionado – valor mensal R\$ 4.000,00;

ARQUITETURA

Siqueira CK Projetos e Eventos Ltda – elaboração e execução de projeto de arquitetura de interiores dos prédios e salas da OAB/GO – valor por m² R\$ 9,31.

Artigo

OAB-GO: o nascimento de uma nova era

O resultado de uma eleição em que os vencedores obtiveram 56,27% dos votos, contra 22,15% do segundo e 21,57% do terceiro colocados, representa a tomada de uma verdadeira consciência acerca dos desafios da nossa realidade. Uma nova gestão chegou à OAB-GO.

Mas como lidar com problemas antigos e recorrentes, como, por exemplo, violação das prerrogativas, (des)estabilidade financeira da instituição, (des)valorização da profissão e do advogado?

A resposta deve partir de uma premissa muito bem sintetizada pelo professor Joaquim Falcão: “O que distingue uma liderança de outra não são os novos problemas. É a capacidade de quem chega de criar novas soluções para os antigos e permanentes problemas.”

De fato, o que diferencia uma liderança ou uma geração de outra não são os novos problemas, mas a capacidade de quem chega de criar novas soluções para os antigos problemas que não puderam ser resolvidos. Se conservarmos as mesmas posições, praticarmos os mesmos métodos e defendermos as mesmas propostas, nada avançará e a frustração será inevitável.

Ao longo desses primeiros meses de gestão, desenvolvemos um modelo de gestão eficiente para dar sustentabilidade à instituição; expandimos os canais de informação e transparência para com a advocacia; promovemos a profissionalização da defesa das prerrogativas da advocacia com seleção pública para contratação de procuradores de prerrogativas, os quais se dedicarão exclusivamente ao trabalho da

Procuradoria Regional de Prerrogativas da OAB-GO, com toda uma estrutura administrativa voltada para o trabalho; implementamos, por intermédio da Escola Superior da Advocacia (ESA), ferramentas gratuitas de consulta jurídica e cursos de pós-graduação lato sensu, bem como inúmeros outros eventos acadêmicos de atualização destinados às subseções; estamos regionalizando, efetivamente, os serviços da Casag; desenvolvendo projetos voltados para a defesa da Constituição, da ordem jurídica do Estado Democrático de Direito, dos direitos humanos, da justiça social, da rápida administração da Justiça e do aperfeiçoamento da cultura e das instituições jurídicas.

Em suma: problemas antigos estão sendo solucionados com muita criatividade, trabalho, dedicação e, principalmente, com paciência e perseverança, as quais, diga-se de passagem, acreditamos ter “o efeito mágico de fazer as dificuldades desaparecerem e os obstáculos sumirem” (John Quincy Adams).

Estamos vivendo uma nova era institucional!



Roberto Serra

Tesoureiro da OAB-GO

Institucional

OAB-GO, guardiã dos direitos e das garantias da sociedade

Exercer seu papel de guardiã dos direitos e garantias da sociedade civil e, por conseguinte, proteger o bom funcionamento das instituições e do Estado Democrático de Direito. Tendo essas premissas como seus bastiões e a par de sua responsabilidade social, a nova gestão da Seccional Goiás da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB Goiás) fomenta projetos, campanhas e atividades que permitem uma aproximação maior entre a Ordem e os cidadãos goianos. Também tem procurado desenvolver os canais de diálogo já existentes e até mesmo criar novos espaços que permitam o debate de ideias. Uma das estratégias para alcançar esse objetivo tem sido a realização de audiências públicas, fóruns e congressos, abertos à ampla participação da advocacia ou mesmo da comunidade em geral. Algumas ações com este propósito já foram realizadas logo nos primeiros meses da nova gestão, atingindo ampla repercussão junto à imprensa e aos setores diretamente envolvidos nas discussões.

Cada vez mais ciente de sua missão, a OAB Goiás não se furta em chamar para si a responsabilidade de se posicionar quando a situação lhe exige ou mesmo de cobrar das autoridades e instituições medidas mais enérgicas ou até mesmo mais transparência nos processos. Um sinal claro desse estado de alerta permanente ficou evidente quando a OAB Goiás veio a público defender a necessidade de dar maior transparência para a votação de novas súmulas vinculantes, conseguindo, junto ao Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO), que os enunciados das respectivas súmulas fossem disponibilizados para toda a advocacia, possibilitando a esta dar suas contribuições a seus conteúdos. A decisão de disponibilizar as súmulas aconteceu em sessão extraordinária da Corte Especial do TJ-GO, no dia 13 de junho, com a participação do presidente da OAB Goiás, Lúcio Flávio de Paiva.

Fizeram coro junto ao presidente seccional, conselheiros e conselheiras, além de presidentes de comissões, representantes da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag), além de dezenas de advogados.

Na ocasião, a OAB Goiás teve acesso, em primeira mão, aos enunciados dos precedentes passíveis de edição e de imediato disponibilizou-os para consulta. A seccional também criou o e-mail sumulas.tj@oabgo.org.br, por meio do qual a advocacia pode fazer suas considerações durante 30 dias. As mensagens recebidas foram posteriormente encaminhadas pela seccional ao TJ-GO. Ao todo, são 41 itens elaborados pelo colegiado presidido pelo desembargador Amaral Wilson de Oliveira, que tratam de uma infinidade de matérias: de concurso público a direito do consumidor, processo civil e direito securitário. A medida partiu da sugestão dada pela Ordem, prontamente aceita pelo TJ, de adotar um modelo similar ao utilizado pelo STF, que disciplina o processamento de propostas de edição, revisão e cancelamento de súmulas, vinculantes ou não.

41

itens elaborados que tratam de uma infinidade de matérias: de concurso público a direito do consumidor



Atendendo à convocação do presidente Lúcio Flávio, conselheiros seccionais e federais, diretores da Casag e

Homofobia é tema de debate

O combate à homofobia tem sido uma das bandeiras defendidas pela Comissão da Diversidade Sexual da OAB-GO, presidida pela advogada Eliane Rocha. O tema foi debatido com especial ênfase na palestra “Enfrentamento à Violência contra a população LGBT”, ministrada no dia 17 do mês de maio. Um evento pioneiro da seccional para tratar da temática, uma vez que foi o primeiro totalmente concentrado em sensibilizar a população para todas as formas de violência enfrentadas diariamente pela comunidade LGBT. “O Brasil é o país com maior quanti-

dade de registros de crimes homofóbicos no mundo. Só em Goiás, o número destes crimes saltou de dez noticiados para alarmantes 21 ocorrências”, aponta Eliane Rocha.

Diversas entidades representantes da comunidade LGBT compuseram a mesa de discussão. Márcia Pereira Melo (lésbicas), Leo Mendes (gays), Michele Coutinho (bissexuais), Yane Laline (travestis), Rafaela Damasceno (transexuais), Jaqueline Ramos (Fórum Trans de Goiás), Lion Ferreira (transexuais) e o pastor Edson Santana (Igreja IRIS) expuseram os problemas enfrentados diariamente.

Ordem defende necessidade de maior transparência para votação de novas súmulas vinculantes e consegue, junto ao TJ-GO, que enunciados fossem disponibilizados à contribuição da advocacia



presidentes de comissões foram ao TJ pedir transparência nas súmulas

Por uma OAB mais proativa

A conduta proativa da presidência é refletida no trabalho desempenhado pelas 62 comissões da OAB Goiás. No final do mês de abril, a Comissão de Direitos do Consumidor (CDC) realizou audiência pública sobre o aumento no preço do combustível, no intuito de promover o diálogo com instituições e a sociedade, a fim de discutir sobre o aumento. Participaram representantes da Comissão de Direitos Difusos e Coletivos da OAB Nacional, do Procon Goiás, Procon Goiânia, Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), Delegacia do Consumidor (Decon), Ministério Público Estadual, Associação Comercial, Industrial e de Serviços do Estado de Goiás (Acieg), Sindicato do Comércio Varejista de Derivados de Petróleo no Estado de Goiás (Sindiposto), Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Agência Nacional do Petróleo (ANP), e presidentes das Comissões de Direito do Consumidor da Câmara Municipal e da Assembleia Legislativa, engajados na matéria.

Na ocasião, dois ofícios foram encaminhados ao Cade e ao Procon Goiás. O debate foi realizado após levantamentos constatarem o aumento de 50% no valor do etanol e de 22% no da gasolina, no dia 23 de março, sem justificativa plausível. Segundo a presidente da Comissão de Direito do Consumidor da OAB, Renata Abalém, a intenção da Ordem não é investigar, porque não tem essa função, mas sim acompanhar essa questão e contribuir no que for possível. “Nosso papel é o de dar voz aos consumidores.”

A Decon abriu investigação uma criminal contra o aumento abusivo dos combustíveis após documentação entregue pelos órgãos de defesa do consumidor. Foram analisados documentos jurídicos de consulta pública que contêm denúncias de prática abusiva e alinhamento de preços, entre outros.

É por meio de audiência pública que a OAB

procura mobilizar autoridades responsáveis pela fiscalização, regulação e investigação de denúncias, bem como aquelas que representam os interesses do setor, para que apresentem respostas à população. “Esta é uma situação que afeta a todos e já se arrasta há muito tempo. O objetivo é ouvir os consumidores, mediar esta reivindicação pelas respostas que eles precisam ter e, assim, aproximar cada vez mais a OAB-GO da população”, completa Renata.

Outro foco é a rede de ensino público. A Comissão de Direitos do Consumidor (CDC) também deu início a um projeto que pretende levar a conscientização consumerista às escolas estaduais. O pontapé inicial foi com as palestras a estudantes do Centro de Educação de Jovens e Adultos (Ceja) do Setor Universitário. Estudantes das mais variadas faixas etárias tiveram a oportunidade de participar, seja fazendo seus comentários ou mesmo apresentando suas dúvidas.

Idealizadora do projeto, Renata Abalém buscou nas palestras tratar o assunto numa linguagem acessível, o que, na sua concepção, estimula a participação dos alunos. Ela ainda destacou a importância de se fornecer acesso à informação. “Nós temos leis de vanguarda, mas elas não refletem no nosso dia a dia, porque não sabemos buscar o cumprimento destas leis”, exemplificou.

62

É o número atual de comissões na OAB-GO que discutem temas do Direito que afetam a toda a sociedade

A palestra foi proferida pela membro da Coordenação de Promoção de Equidade em Saúde da Secretaria de Saúde do Estado, Pollyanna Marques. Ela expôs as principais necessidades e dificuldades enfrentadas pelos LGBT's, que são submetidos discriminação desde a adolescência. “Essas pessoas são alvo de todo o tipo de constrangimento, assédio e violência desde cedo”, exemplificou.

Outra participação de destaque da Comissão da Diversidade Sexual se deu na 3ª Conferência Estadual de Políticas Públicas para a População de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTB), realizada nos dias 27 e 28 de fevereiro, em Goiânia. O evento teve por objetivo buscar novas propostas que nortearão as políticas públicas estaduais, a partir da discussão da criminalização da violência contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.



Opinião

Artigo

Desafios de uma promissora jovem advocacia

“A jovem advocacia é o presente magnífico, mas também representa o futuro promissor da OAB.” Tais palavras foram proferidas pelo presidente do Conselho Federal da OAB, Claudio Lamachia, no Colégio Nacional de Presidentes da Advocacia Jovem, e simbolizam bem o momento e a importância dos tempos que estamos vivendo.

Este seleto grupo de profissionais, únicos reconhecidos na letra constitucional como essenciais, responsáveis pela nobre tarefa de representar e defender o direito inquestionável à Justiça, é o guardião do Estado democrático de direito, aqueles que em tempos de crise haverão de hastejar a garantia dos direitos fundamentais de todo cidadão brasileiro.

Ser protagonista das grandes causas sociais, lutar pelo direito do próximo e ser voz ativa nos diversos debates travados no Judiciário e na sociedade são desafios presentes no cotidiano de toda a advocacia em início de carreira. Somente assim, assumindo essa responsabilidade, nos sentiremos à vontade, irredimidos e inquietos, para exercermos sempre, e quando necessário, “o direito de discordar”.

Mas outros dilemas, não menos importantes, também permeiam o labor diário do advogado jovem. Em um mercado competitivo, que indubitavelmente padece pelo excesso de profissionais, o desejo de consolidação e sucesso profissional se torna preocupação constante em toda a classe. Questiona-se, então, porque da conclusão do presidente do Conselho Federal da Ordem, o porquê de um futuro promissor para a Jovem Advocacia.

Há muito os chineses dizem que crise é igual a oportunidade, e eles

têm toda a razão, pois em momentos de dificuldades surgem oportunidades para quem está antenado nos acontecimentos. Para tanto, a principal meta do profissional deve ser a capacitação, pois só com excelência no conhecimento e a persistência nos estudos pode se dar a inserção neste mercado. Esta geração é a geração da informação, atendida com a tecnologia e, portanto, com acesso instantâneo a todo e qualquer conhecimento, e nesta característica se encaixa o maior trunfo do jovem advogado. Aquele que se prepara, que participa, que debate, imperativamente terá o espaço almejado.

Assim, a Comissão da Advocacia Jovem (CAJ) tem a missão de defender os direitos dos advogados em início de carreira, firmando parcerias e promovendo capacitação para consolidar sua posição em um mercado cada dia mais competitivo. O nosso papel vai além do simples auxílio, pois cabe a ela levar a voz desses profissionais para os mais importantes debates de uma sociedade cada dia mais complexa. Nos cabe a busca incessante por conhecimento no presente, pois somos os profissionais que mais instrumentos dispõem para tanto, e assim o futuro será mesmo promissor.



Henrique Alves

Presidente da Comissão da Advocacia Jovem da OAB-GO

Sobre o Ano da Mulher Advogada

Não seriam dela todos os anos, desde sua habilitação para a profissão? Ou passado 2016, isto se silenciará? Nem um, nem outro. Explica-se. Tornar-se advogada pode não ser suficiente para exercer de forma livre e independente o ofício, embora o art. 7º, I do EOAB seja lei para todos. O mercado faz as distinções.

É desnecessário dizer sobre as múltiplas dedicações femininas, no âmbito profissional, pessoal e familiar, por ser uma realidade incontestável. Todavia, justamente isto pode retirar de muitas advogadas singularidade em grandes bancas, dificultar-lhes acesso aos postos de comando, e até notoriedade na pesquisa e entre autoridades jurídicas e políticas. Mesmo sendo a mulher maioria nas Universidades de Direito e nos concursos públicos. Mesmo sendo elas capazes, inteligentes e dinâmicas, indiscutivelmente.

Não por outro motivo, são comuns indiferimentos a pedidos judiciais, à advogada gestante ou lactante, quanto à primazia entre os preferentes numa sustentação oral; ou ao adiamento de prazos e audiências, por imprevistos que o estado de gravidez, parto ou amamentação pode acarretar, momentaneamente. Permeia a noção de que, de modo geral, a profissional não é ator principal na causa e pode ser substituída em tais atos, tornando secundária a peculiar condição que enseja os eventuais pedidos. Justifica-se a negativa com a preocupação pela celeridade processual, que o Judiciário nem sempre prima, em outros contextos.

Biológica, psicológica e fisicamente, homens e mulheres são mesmo diferentes. Não há problema quanto a essa constatação. Mas esse argumento não pode significar resistência em se equilibrar o jogo de espaços/atuação. Afinal, não basta o art. 5º da CF/88 ditar igualdade material entre os sexos, se, na prática, ela é vencida pela inclinação em não agir-se de acordo.

Dentre as razões mais vistas para o não adiamento de audiência à advogada grávida, parturiente e lactante é constar em procuração o nome de mais de um patrono. Todavia, o juiz, assim, desafia o direito do constituinte pela atuação imprescindível daquela advogada que escolheu, mesmo sabendo que, sendo mulher, poderia gerar filhos e sofrer os percalços normais dessas circunstâncias.

O art. 453 do anterior CPC exigia prova do impedimento do advogado para adiar a audiência. O art. 362 do atual CPC, além da prova da impossibilidade de comparecimento, requer do advogado demonstrar sua indispensabilidade. Uma excelente oportunidade de detalhar juridicamente a discussão sobre o fato de o cliente esperar a melhor defesa da advogada que contratou, e que substituí-la é negligenciar o interesse da parte e colocar a advogada em posição menos importante, frustrando sua liberdade e independência no exercício da advocacia. Argumentar judicialmente essas questões é um meio para se alterar o modelo de coadjuvância da mulher no mercado.

A OAB trata deste ponto no PL 62/2016 da Câmara dos Deputados, visando alterar as Leis nº 8.906/1994 e 13.105/2015. Mas outras discussões merecem também romper paradigmas, em benefício da valorização no mercado de trabalho e das prerrogativas da advogada. E esta é uma tarefa de toda a classe, em nome da Administração da Justiça. Nisto também consiste o dever de se concretizar o disposto no art. 44, I do EOAB.

Com esse prisma, o Conselho Federal instituiu 2016 como o Ano da Mulher Advogada. Os posteriores anos estarão, pois, marcados por fazer valer o que está oficializado como política sem retorno, cujas diretrizes estão nos provimentos 161/2014 e 164/2015.

A OAB, nesse afã, deve ser enaltecida por cumprir a filosofia, destacando a atuação das mulheres de forma representativa e competente no Conselho Federal, nos Conselhos Seccionais e em todas as comissões.

Mais ainda a OAB/GO, por perfilhar as ações necessárias, com impessoalidade e independente de opiniões em contrário, conferindo, finalmente, contemporaneidade e atenção à defesa da valorização e das prerrogativas das advogadas.

Ariana Garcia

Conselheira seccional da OAB Goiás e membro da Comissão Nacional da Mulher Advogada



Artigo

Uma OAB senhora do seu tempo

“A história demonstra que a OAB sempre foi uma entidade protagonista do seu tempo, envolvida com as lutas dos brasileiros por seus principais direitos e conquistas. Na atual curva da história, mais do que nunca, não poderia ser diferente: a OAB nacional e estadual têm o dever de assumir as rédeas dos debates e anseios cardeais da advocacia e da sociedade.

A OAB goiana teve gestões felizes, disso não podemos descurar, mas as últimas gestões foram marcadas por manchetes de descrédito, representatividade acanhada e altivez pífia. De todo modo, o intento aqui não é espiar o passado, mas olhar e preocupar com o presente e programar o futuro. Só assim a OAB voltará a ser senhora do seu tempo, protagonista da história brasileira e goiana.

É com esta perspectiva que a atual gestão da OAB Seccional Goiás assume seu mister, com a visão de que a mais importante entidade de classe do Brasil volte a direcionar o seu foco exclusivamente à advocacia e à sociedade, volte a se preocupar com o advogado e a proteção e garantia dos interesses e necessidades da população.

Por certo, as aspirações dos brasileiros são muitas, mas a corrupção generalizada parece ser, neste momento, o maior problema do Brasil e, em sendo assim, a OAB não deixaria de apregoar o veemente apoio às principais operações de combate à corrupção, ao trabalho das autoridades envolvidas e à atuação dos advogados nestas operações, que são os verdadeiros atores da garantia do devido processo legal a todos os investigados.

Imbuída deste desiderato, a OAB empunhou firme a bandeira da moralidade e apoia todas as medidas de combate à corrupção, mas está vigilante para que este combate não ocorra à míngua das garantias fundamentais expostas na Constituição Federal. A OAB também não se acorou em se posicionar firmemente pela saída dos políticos citados nestas grandes operações de corrupção dos seus cargos em comissão ou de confiança. E mais, mesmo sendo um tema que desperta paixões, superou as posições pessoais dos conselheiros, e manifestou-se acerca do impeachment da presidente da República, bem como do governador do Estado de Goiás.

Com o mesmo fim, de contribuir para estancar a sangria da corrupção no Brasil, a OAB Nacional lançou a campanha de “Combate ao Caixa 2 nas Eleições”, e a Seccional Goiás foi a primeira do Brasil a abraçar tal iniciativa, criando a Comissão Especial de Combate à Corrupção Eleitoral, instalando comitês de combate ao caixa 2 em todo o Estado de Goiás e colocando aplicativo de celular, telefone (0800-642-2210) e email (denuncia@oabgo.org.br) à disposição da população, para que todos tivessem condições de participar desta luta em prol do Brasil.

Pensando ainda nos anseios da sociedade, no querer bem dos nossos cidadãos, a OAB Goiás protagonizou audiências e debates públicos sobre os temas de maior preocupação neste momento no Estado e no Brasil. O rol é extenso, mas cita-se alguns: na educação, debateu a implantação das OS's na rede pública estadual; na saúde, a disponibilização da “pílula do câncer” – fosfoetanolamina sintética; na segurança pública, a defesa jurídica dos policiais em serviço e a garantia dos direitos humanos aos reeducandos; no direito do consumidor, a cartelização dos combustíveis e a decisão da Anatel em limitar a transmissão de dados na internet; no transporte, a utilização do Uber na nossa Capital. Enfim, a OAB vem atuando em todos os setores sensíveis à população!

E em prol da advocacia, nosso bem maior, a OAB teve uma conquista

histórica, a regulamentação legal da UHD – Unidade dos Honorários Dativos, criando um fundo próprio para adimplir os honorários dos advogados dativos. Esta conquista encerra o triste histórico de atraso rotineiro no pagamento de honorários e descaso com uma grande parcela da advocacia.

Caminhando ainda pari passu com a advocacia, a nova gestão pautou e julgou todos os processos administrativos relacionados a notas de desagravo, muitos engavetados há tempos nos escaninhos da instituição, tudo com o intuito de mostrar à sociedade e ao meio jurídico que o advogado e suas prerrogativas devem ser respeitadas, pois só assim o cidadão é eficazmente respeitado.

E mais, pela primeira vez na história, a OAB goiana solicitou o cumprimento da determinação contida na Constituição Estadual para participação do concurso de delegado do Estado de Goiás, pleito importante, pois, com a fiscalização do certame pela OAB, restaram resguardados os direitos dos concurretes e dos cidadãos.

Em prol da melhoria da atividade judiciária no Estado de Goiás, a OAB Seccional Goiás colaborou com o Tribunal de Justiça no processo de elaboração dos enunciados de súmulas, emitindo considerações; encampou a luta pelo direito de emissão gratuita de certidões; reuniu-se com a diretoria do Tribunal para, da melhor forma, solucionar carências de magistrados em algumas regiões do Estado. Na Justiça do Trabalho, ombreou-se ao Tribunal da 18ª Região na defesa do orçamento, envidando esforços em prol desta justa cidadã.

E, ainda, a OAB/Casag ofertou plano de renegociação das anuidades aos colegas advogados com isenção de juros e multas; disponibilizou a vacina H1N1 a todos os advogados do Estado e até cinco dependentes; expandiu a rede de convênios e serviços na Capital e interior; tornou a Casag itinerante uma realidade. A OAB/ESA criou a biblioteca digital; determinou a abertura da biblioteca física aos sábados; promoveu, simultaneamente, na Capital e no interior, dezenas de cursos e palestras, algo nunca visto antes em nossa escola, uma verdadeira revolução do ensino jurídico.

Enfim, em poucos meses vemos a transformação de uma OAB, antes introspectiva e de poucos, numa OAB protagonista e de todos. A nova gestão prima, portanto, pelo pluralismo e participação, tanto que ampliou o número de comissões temáticas, ato que deu oportunidade a centenas de advogados de participar efetivamente da gestão da OAB Goiás.

Esta nova gestão quer a advocacia integrada à OAB, contribuindo, opinando, administrando e lutando pelos principais anseios da advocacia e sociedade. Esta nova administração não quer uma gestão encastelada, quer uma OAB participativa.

Enfim, temos um novo tempo na OAB goiana, com as portas e janelas abertas ao advogado e à sociedade, os quais queremos espiando e participando. Assim, muito em breve, teremos a OAB que todos nós, advocacia e sociedade, queremos.



Marcos César Gonçalves
Conselheiro seccional da OAB-GO

Formação

Mais de 11 mil inscritos, entre advogados e estagiários, participaram de cursos, palestras, seminários e congressos na ESA-GO no 1º semestre



ESA enfim chega à advocacia

Escola impõe agenda intensa de eventos, com destaque aos congressos Nacional do Novo CPC

A Escola Superior da Advocacia (ESA) da OAB-GO realizou, entre janeiro e outubro de 2016, mais de 290 eventos em todo o Estado. Foram praticamente 11 mil certificados emitidos a advogados e estagiários que participaram de cursos, palestras, seminários, congressos e teleaulas ministrados na Capital e interior.

Já no início do ano, nos dias 21 e 22 de janeiro, foi realizado o Curso de Integração da Gestão 2016-2018, na sede da seccional. O objetivo foi de integrar e apresentar a estrutura da OAB-GO à diretoria atual, conselheiros seccionais, integrantes das subseções e diretoria da Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag). O ex-presidente da seccional Sebastião Macalé proferiu a palestra de abertura do evento, que contou também com explanação de temas como incompatibilidades e impedimentos para o exercício da advocacia, português instrumental, advocacia em sociedade, Corregedoria, Ouvidoria, processo ético-disciplinar, Novo Código de Ética de Disciplina, novo Regimento Interno e relacionamento com a mídia como um todo.

O primeiro grande evento realizado este ano foi o Congresso Nacional do

Novo CPC – Etapa Goiânia, que aconteceu nos dias 3 e 4 de março em parceria com o Centro de Estudos Avançados do Processo (Ceapro) e Instituto Brasileiro de Direito Processual (IBDP), e apoio da Casag. O congresso contou com grandes nomes do Direito, como Welder Queiroz, Bruno Vasconcelos Carrilho, Gustavo Milaré Almeida, Paulo Hecker da Silva, Reinaldo Alves, Daniel Pentead de Castro, Pedro Iokoi, Alex Costa Pereira, Rafael Antal, Vagner Mendes, João Biazzo, Flávio Yunes, Juliano Di Pietro, Luís Guilherme Aidar, Bruno Garcia Redondo e Paulo Henrique dos Santos Lucon. Foram abordados temas como Normas Fundamentais do NCPC; Honorários Advocatícios; Arbitragem; Estabilização da Tutela Antecipada; Precedentes Judiciais; Tutela de Urgência; Resposta do Réu; Negócios Processuais e Recursos no Novo CPC.

O diretor-geral da ESA, Rafael Lara,

11.000

É o número de advogados e estagiários beneficiados nos 297 eventos (entre cursos, palestras, seminários, congressos e teleaulas) entre janeiro e outubro de 2016

destaca que a participação do público foi a prova da qualidade do evento, que pôde preparar os advogados para a vigência do Novo CPC. “Mais de 300 pessoas participaram do congresso. O auditório esteve lotado durante todo o tempo e quem participou pôde aproveitar não só das noções básicas, mas de debates aprofundados da aplicabilidade”, disse.

Outro destaque foi o 1º Congresso Goiano de Direito Imobiliário e Urbanístico (1º CGDIU), realizado nos dias 3 e 4 de junho em Caldas Novas, região Sul do Estado. O evento teve parceria da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico (CDIU) da OAB-GO. Uma ampla programação reuniu advogados, escritórios jurídicos, empresários, investidores, construtores, incorporadores, loteadores, proprietários de terrenos, imobiliárias, corretores de imóveis, estudantes, entre outros interessados.

Este foi o primeiro congresso totalmente dedicado ao Direito Imobiliário e à discussão de temas pertinentes à área, como o novo Código de Processo Civil e seus impactos no mercado empresarial imobiliário, legislações contemporâneas e sua aplicabilidade prática aos condomínios, vínculo jurídico trabalhista de corretores de imóveis, decisões judiciais e seus impactos no mercado empresarial imobiliário, posse e propriedade, entre outros. A programação reuniu os nomes mais influentes do Direito Imobiliário da atualidade, como Rodrigo Bicalho e Sylvio Capanema. O jornalista da Rádio CBN Carlos Alberto Sardenberg foi o palestrante do encerramento da programação do evento e falou sobre a crise financeira nacional e seus reflexos nos principais setores da economia real.

Rafael Lara destaca que a grande participação no evento se deu não só por ele ter sido realizado em Caldas Novas, que é um polo turístico regional, mas também pela necessidade de debater temas tão importantes, como o Direito Imobiliário. “Foram mais de 400 participantes nesse congresso, o que superou as nossas expectativas. Isso nos mostra que as

“São atributos do bom advogado a inteligência, a lucidez, a cultura, o amor à verdade e a pugnacidade” Sobral Pinto



de todo Estado

e Goiano de Direito Imobiliário e Urbanístico

subseções podem e devem receber eventos desse porte. O sucesso deste congresso nos dá ânimo e fôlego para a realização de tantos outros em diversas localidades e sobre diferentes áreas do Direito”, afirma o diretor-geral da ESA-GO.

A Semana do Advogado Digital, realizada no fim de junho, também foi um dos eventos de peso promovidos pela escola. O evento, que aconteceu em parceria com a Comissão de Direito Digital e Informática (CDDI), e contou com palestras do presidente da Comissão de Tecnologia da Informação da OAB do Paraná e membro da Comissão Especial de Direito da Tecnologia e Informação do Conselho Federal da OAB (CFOAB), Márcio Dumas, que abordou o Novo Código de Processo Civil e Processo Eletrônico; e do presidente da CDDI da OAB Goiás, Rafael Fernandes Maciel, que falou sobre os crimes cibernéticos e a identificação de auto-

400

Foi o número de participantes no primeiro congresso totalmente dedicado ao Direito Imobiliário realizado em Goiás, com discussões sobre o NCPC e seus impactos no mercado imobiliário

ria à luz do novíssimo Marco Civil da Internet.

Também foram realizados cursos para advogar em PJe e no novo Projudi, além do treinamento de multiplicadores sobre os dois ambientes. “O objetivo foi preparar toda a advocacia de Goiás para o petição eletrônico na Justiça comum”, explicou Rafael Lara.

Além dos grandes eventos, palestras, cursos e teleaulas transmi-

tidas em parceria com a Associação dos Advogados de São Paulo (AASP) foram ministrados na Capital e interior sobre praticamente todas as áreas do Direito. Destaque para eventos sobre Direito Previdenciário, Direito Penal, Direito Civil, Processo Civil, Direito do Trabalho, Processo do Trabalho, Direito Eleitoral, Direito Digital, Direito Empresarial, Direito Ambiental, Direito de Família e Direito Criminal, que, de acordo com Rafael Lara, são normalmente os temas mais buscados e solicitados à escola.

ESA-GO comemora 30 anos com programação especial

A Escola Superior de Advocacia (ESA-GO) terá uma programação especial em comemoração aos 30 anos da instituição. A abertura oficial será realizada no dia 5 de dezembro, às 18h30, na sede da ESA, com uma homenagem aos ex-diretores da unidade. “Será uma grande celebração para comemorar este aniversário”, afirma o diretor-geral Rafael Lara Martins. “A escola já tem uma bela história para ser contada”, pontua.

A semana em comemoração será contemplada com a realização da última etapa do Fórum Regional do Novo CPC. “A ESA fez um fórum permanente durante o ano inteiro e visitou praticamente todas as subseções de Goiás”, analisa. “Esta será a etapa final e de encerramento do ano”, conclui Lara. O evento será realizado no dia 8 de dezembro, a partir das 18h, e 9 do mesmo mês, às 8h, no Auditório Eli Alves Forte.

Também no dia 8, às 18h, será dado o pontapé inicial do projeto “É de Lei”, evento voltado para a valorização e defesa das prerrogativas dos advogados. Esta é uma campanha realizada pela Associação dos Advogados de São Paulo (AASP).

Para fechar a semana de palestras, serão abordados temas relacionados aos Direitos das Pessoas com Deficiência. A Recupe-

ração Judicial e Recursos Criminais também serão assuntos para fechar as comemorações.

O presidente Lúcio Flávio de Paiva reforça a importância da ESA-GO para os advogados. Também afirma que, quando assumiu a atual gestão,

PROGRAMAÇÃO:	
05 a 09 de dezembro	
Abertura da Semana de Comemoração dos 30 anos da ESA/GO	05 de dezembro, 18h30 ESA-GO Rua 101, nº 123, Setor Sul
Curso: O Direito das Pessoas com Deficiência à Inclusão Escolar	
Curso: Recuperação Judicial de Empresas	
Curso: Recursos Criminais	
Investimento: R\$ 30,00	06 e 07 de dezembro, 19h ESA-GO Rua 101, nº 123, Setor Sul
Lançamento do projeto “É de Lei” e Fórum Regional do Novo CPC	
Investimento: R\$ 30,00	08 de dezembro, 18h e 09 de dezembro, 08h Auditório Eli Alves Forte, Rua 1121, nº 200, Setor Marista

Instituição aderente pelo endereço eletrônico: www.oabgo.org.br/esa | Contato: 62 3235 6500 | Certificados Emitidos pela ESA/GO

Realização:

fez um pedido especial para o diretor-geral da escola.

“Pedi ao Rafael Lara para tornar a ESA uma verdadeira escola superior, ou seja, para nós produzirmos conteúdos, com cursos e palestras presenciais. Aquilo que pensamos tem se concretizado com grandes eventos para a advocacia”, afirma o presidente da OAB-GO.

Formação



ESA cria biblioteca digital

Serviço gratuito conta com acervo de conteúdo jurídico para consulta e pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência

A Escola Superior de Advocacia (ESA) da OAB-GO lança a Biblioteca Digital Fórum do Advogado de Goiás. O serviço gratuito, que já está em funcionamento desde o dia 20 de junho para os advogados adimplentes, conta com grande acervo de conteúdo jurídico para consulta e pesquisa em doutrina, legislação e jurisprudência para a prática forense.

A Biblioteca Digital Fórum do Advogado de Goiás é composta por sete periódicos e acervo superior a 165 volumes publicados e certificados pela Editora Fórum, além de 19 códigos. “É um conteúdo de altíssima qualidade, com seleção diferenciada de jurisprudência e doutrinas assinadas por autores consagrados nacionais e estrangeiros”, destaca o diretor-geral da ESA, Rafael Lara.

Compõem inicialmente o acervo da biblioteca digital 93 volumes da revista bimestral *Interesse Público*; 33 volumes da *Revista Brasileira de Direito Processual*; 19 volumes da *Revista Fórum Trabalhista*; 13 volumes da *Revista de Direito Empresarial*; dez volumes da *Revista Fórum de Direito Civil*; quatro volumes da *Revista Fórum de Ciências Criminais*; 13 volumes da publicação *Atualidades Jurídicas do Conselho Federal da OAB* e a *Biblioteca Digital Fórum de Códigos*.

A assinatura de todas as revistas custaria R\$ 9 mil por usuário, o que representa uma grande economia e investimento para os advogados da Seccional Goiás. O conteúdo, composto de artigos, pareceres, seleção diferenciada de jurisprudência e acompanhamento das mudanças na legislação, trata de temas atuais e de extrema relevância para os profissionais do Direito e da Gestão Pública.

O sistema tem acesso ilimitado e simultâneo por meio de senha ou via intranet. É seguro e estável, além de possuir um layout prático, simples e integrado, o que facilita o uso e a navegação. A biblioteca digital é organizada segundo normas da ABNT e também possui ferramenta de busca, geração automática de arquivo PDF e EPUB e citação prática - possibilidade de “copiar e colar” trechos de textos com praticidade.

Para o funcionamento adequado da biblioteca digital, o advogado deve possuir um bom link de internet (256 KB ou superior) e os navegadores de internet mais usuais (Internet Explorer 10 ou superior, Firefox, Google Chrome). A plataforma é adaptada também para o uso em dispositivos móveis, como tablets e celulares.

Artigo

A biblioteca, o conhecimento e as memórias

A advocacia sempre exigiu do advogado o gosto pelos estudos e pela atualização. Não raras as vezes o advogado era, e ainda é, reconhecido na sociedade como um profissional absorto nos livros e papéis para a elaboração de suas petições e pareceres. Nesse contexto, as bibliotecas, públicas e particulares, exerceram e ainda exercem papel primordial. Como o ordenamento jurídico brasileiro, desde a sua gênese, foi positivado, através das bibliotecas era possível o acesso às diversas doutrinas, códigos e repositórios de jurisprudência.

Antes da era digital, o conhecimento era, na maior parte das vezes, difundido através dos livros, daí porque eram comuns vastas bibliotecas pessoais, como a do saudoso Dr. Waldir Luiz Costa, advogado, renomado professor de Direito da Universidade Federal de Goiás e procurador-geral da Fazenda Pública junto ao Tribunal de Contas do Estado de Goiás.

Ainda em 1962, o Professor antevia:

“Este mundo extraordinário em que vivemos, surgido quase por magia, deixa os homens maravilhados por seu incessante progresso que já adquire caracteres de fantasia. Nada parece ser, agora, alheio às suas possibilidades. (...)”

A maquinaria vai poupando à humanidade a dureza do esforço físico. (...) No domínio da técnica, o mal maior é o da superação. A invenção mais avançada de hoje corre o risco de se tornar obsoleta, amanhã. Vivemos, assim, uma flagrante contradição. Usufruído de uma técnica super-evoluída e vivendo como se fôssemos paleolíticos no plano das relações humanas. Estamos para conquistar a lua e não sabemos o que queremos, nem para onde vamos. Progredimos materialmente, porque a técnica nos impele para diante, constantemente, irreprimivelmente”.

Foi com a aquisição de parte do acervo de sua biblioteca, entre obras nacionais, estrangeiras, e de direito comparado, que, em 1990, na gestão do Dr. Felicíssimo José de Sena, foi criada, em benefício da advocacia goiana e em prol da propagação do conhecimento pelo domínio da técnica, a biblioteca da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, que, em homenagem, recebe o nome de Professor Waldir Luiz Costa.

Como por ele previsto, com o advento da internet, no entanto, as bibliotecas físicas perderam parte do seu espaço, especialmente na parcela mais jovem da população: doutrina, leis e jurisprudência ficaram disponíveis através da simples navegação na rede mundial de

computadores (a máquina poupava parte do esforço). A plataforma Google simplificou ainda mais o trabalho de consulta e, ao mesmo tempo em que colocou à disposição grande volume de trabalhos, exigiu dos usuários maior cautela com o conteúdo.

Após o impacto inicial, entretanto, o ponto de equilíbrio pareceu surgir e internet e bibliotecas físicas, ao menos na área do Direito, retomaram a convivência, embora em menor escala. Percebeu-se, entretanto, a impossibilidade de regresso aos tempos anteriores à rede mundial e as bibliotecas físicas terminaram por passar também por um processo de modernização através da disponibilização aos usuários do seu conteúdo através de seus computadores, tablets e celulares.

Atenta a essa realidade e objetivando a comodidade de seus inscritos, recentemente, a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, colocou à disposição dos advogados goianos, gratuitamente, a Biblioteca Digital Fórum do Advogado de Goiás, com grande acervo de conteúdo jurídico, dentre os quais doutrinas nacionais e estrangeiras e uma seleção de jurisprudência e revistas.

A pouco menos de um ano do centenário de nascimento do Professor Waldir Luiz Costa, permeada por suas lembranças e registros, sua família se regozija em saber que parte do acervo de sua biblioteca contribuiu para tão grande conquista da advocacia goiana e que a Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de Goiás, continua a sua missão de transmitir, para um grande número de operadores do Direito, o conhecimento, assim como ele fez em vida, especialmente no magistério. Esta é a prova de que “conhecimento e afetividade atravessam gerações, transcendem a própria vida”.



Silvia Costa Naves

Procuradora federal e neta de Waldir Luiz Costa



“O fórum foi prestigiado pela advocacia local, sempre com salas cheias e um nível muito alto de discussão”, afirmou o diretor-geral da ESA-GO, Rafael Lara

Fóruns regionais discutem o novo CPC nas subseções

As cidades do interior receberam, neste primeiro semestre, o Fórum Regional do Novo CPC. O evento, que já foi realizado em 30 subseções, deve atingir as 46 até setembro. O objetivo é preparar o advogado de todas as regiões do Estado sobre o Novo CPC, que entrou em vigor em março deste ano. “Esse evento vai ao encontro da proposta de regionalização da ESA. O fórum foi muito prestigiado pela advocacia local, sempre com salas cheias e um nível muito

alto de discussão”, resalta Rafael Lara.

Novos advogados

Outra novidade neste semestre foi a Semana de Integração para o Novo Advogado, evento elaborado e realizado em parceria com a Comissão da Advocacia Jovem (CAJ). O encontro é realizado a cada entrega de cartões de identidade profissional

30

É o total de subseções que já receberam o Fórum Regional do NCPC

com o objetivo de apresentar ao novo inscrito a estrutura da OAB-GO e Conselho Federal, explicando sobre as funções da ESA, Casag, Tribunal de Ética e Disciplina (TED), CAJ e demais órgãos que compõem a seccional.

Também são realizadas palestras sobre gestão e empreendedorismo na advocacia, publicidade no Novo Código

de Ética e Disciplina, ferramentas legais para conquista de clientes, honorários advocatícios, sustentação oral, áreas de atuação, os desafios da advocacia em início de carreira, petição eletrônico, sustentação oral e postura em audiência e aspectos práticos da redação de peças. “O intuito é deixar o novo advogado o mais preparado possível para que ele ingresse no mercado e tenha condições de se estabilizar”, diz o diretor-geral da ESA.

ESA realiza curso sobre o novo Código de Ética e Publicidade

Devido ao lançamento do Novo Código de Ética da OAB em setembro deste ano, a ESA preparou o curso Ética, Publicidade e Desafios na Advocacia - Ferramentas Legais, em parceria com o Tribunal de Ética e Disciplina (TED) da OAB-GO, que deve começar já no início do segundo semestre. O objetivo do curso é levar aos advogados e estagiários a importância do debate e preparar para enfrentar a nova realidade

de competição no mercado jurídico, inclusive sobre a criação e manutenção de clientes, dentro de padrões éticos e legais. Os debates serão promovidos regionalmente e o objetivo é chegar a, pelo menos, 20 subseções.

“Com a entrada em vigor do Novo Código de Ética e Disciplina e os desafios do novo cenário econômico e social brasileiro, principalmente no tocante a mercado e competitividade, é

essencial que os advogados de todo o Estado desenvolvam habilidades de captação e manutenção de clientes com uso de ferramentas de marketing e publicidade dentro dos limites permitidos”, destaca o diretor-adjunto da ESA, Diogo Silva Oliveira.

O curso será dividido em duas palestras. Na primeira, um juiz do TED vai abordar sobre a publicidade no novo código de ética. Em resumo, ele vai

abordar sobre tudo o que é vedado com relação à publicidade. A segunda palestra será com um consultor de marketing sobre como tirar proveito e fazer melhor aquilo que é permitido. “O advogado vai poder se sentir confortável em fazer o marketing na advocacia e vai perceber que, com responsabilidade e respeito ao Código de Ética, é possível fazer isso”, resalta o diretor-geral da ESA, Rafael Lara.

Casag



Há 60 anos inaugurava-se a Casa do Advogado

Edifício de três andares na esquina da Avenida Goiás com a Rua 1 foi o ponto de referência da advocacia goiana por quatro décadas

“**D**eclaro inaugurado o primeiro pavimento da Casa do Advogado. Nenhum sentimento pode ser mais forte do que a consciência do dever cumprido.” Com essas palavras, em outubro de 1956, há 60 anos, o advogado e professor Colemar Natal e Silva, então presidente da seccional goiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-GO), inaugurava o prédio que por mais de três décadas abrigaria a Ordem e a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag). Os advogados que iniciaram a atuação profissional até o final da última década certamente acostumaram-se a frequentá-lo: um charmoso edifício de três andares construído em arquitetura art déco, localizado na esquina da Av. Goiás com a Rua 1.

Dos anos 50 para cá, o local destinado a ser a “Casa do Advogado” participou de grande parte da história da advocacia goiana e a viu saltar de um contingente de 350 para mais de 45 mil inscritos. Nos últimos anos, porém, o edifício esteve subutilizado e abrigava apenas a Ótica da Goiás em uma pequena parte do andar térreo, enquanto os demais pavimentos, abandonados, sobreviviam à ação do tempo.

Patrimônio da advocacia

O crescimento substancial da advocacia goiana sempre foi a principal motivação para a expansão das estruturas do sistema OAB-GO. Quando da construção da primeira sede – o edifício da Av. Goiás –, a seccional goiana já contava com mais de 20 anos de atuação e algumas centenas de profissionais em todo o Estado. No entanto, privados de espaço físico próprio, as reuniões do Conselho e o amparo aos advogados ocorriam em salas cedidas por órgãos públicos com frequência incerta. Apenas com a inauguração da “Casa do Advogado” é que a classe pôde contar com um local para as atividades representativas.

Quem conta esta história é um espectador de todas as transformações: o advogado José Hermano Sobrinho, de 95 anos. José Hermano possui um longo currículo de atuação em defesa do Direito e da Justiça no Estado de Goiás, e entre tantos títulos acumulados nas últimas décadas estão o de vice-presidente da OAB-GO, presidente da Casag

e membro da primeira diretoria para a entidade.

Remexendo suas recordações, o advogado lembrou como as atividades da Caixa de Assistência eram modestas se comparadas ao cenário atual. “Por muito tempo, o benefício que a Caixa oferecia aos advogados era o pecúlio por morte e invalidez. E já era muito utilizado naquela época. Mas não tinha a dimensão de hoje. Na época, a Casag era apenas um acessório da OAB, sem a autonomia que conquistou depois”, recorda-se.

Nesses primeiros tempos, a Casag compartilhava o edifício da Av. Goiás com a OAB-GO, cabendo-lhe como sede apenas uma pequena sala no segundo pavimento. Modestas as estruturas físicas, eram também modestas as atribuições, e apenas após a transferência da Ordem para a atual sede administrativa no Setor Marista, nos anos 1990, é que a Caixa de Assistência pôde expandir substancialmente os serviços prestados à classe.

A Casag instalou-se no edifício em 1997 e fez do espaço sua sede administrativa até a inauguração da atual sede na Rua 101, em 2012. Nos anos seguintes, o edifício histórico da Av. Goiás deixou de servir à advocacia goiana, ficando parcialmente abandonado. Mas, em agosto de 2016, uma nova página desta história começou a ser escrita: o edifício histórico da Casag e patrimônio da arquitetura dos primeiros anos da Capital começou a ser revitalizado e passará a atender às novas necessidades da advocacia. Como lembra o atual presidente da Caixa de Assistência, Rodolfo Otávio Mota, é preciso restaurar a história da classe, mas, ao mesmo tempo, adequar as estruturas aos novos tempos, oferecendo serviços modernos e eficientes aos advogados.

Ao saber sobre os novos projetos para a antiga sede, José Hermano Sobrinho elogiou a iniciativa. “Esse prédio restaurado deixa de ser apenas a Casa do Advogado para ser também a memória da cidade. É uma tarefa importante acompanhar a passagem da história”, exclamou. O advogado que se tornou bacharel na turma de 1946 contou: “Meu número de inscrição é 358. Hoje já deve chegar aos 5 mil inscritos...”. Ao saber que, hoje, a seccional goiana já conta com mais de 45 mil inscrições, José Hermano assustou-se.

Arquivo Casag



Desde os anos 50, prédio da Casag na Avenida Goiás, local destinado a ser a “Casa do Advogado”, participou de grande parte da história da advocacia goiana



José Hermano Sobrinho, advogado: “Na época, a Casag era apenas um acessório da OAB, sem a autonomia que conquistou depois”

“É dever de todos procurar descobrir a verdade, praticar o bem, conservar e aperfeiçoar a vida” *Sobral Pinto*



Casag vai revitalizar antiga sede

Projeto prevê construção de um espaço cultural e de um novo escritório compartilhado no prédio da Casag, na Avenida Goiás



Diretores da Casag e da OAB, conselheiros seccionais e federais lançam obra que pretende devolver edifício histórico aos advogados

O edifício histórico da Casag, localizado na esquina da Av. Goiás com a Rua 1, ganhará uma nova função. Além de ter a parte externa revitalizada, nos três pavimentos internos do prédio serão construídos um espaço cultural e um escritório compartilhado para uso da advocacia goiana. O projeto foi anunciado em agosto de 2016 e a previsão é de que fique pronto no início de 2017.

O presidente da Casag, Rodolfo Otávio Mota, disse, durante a cerimônia de lançamento do projeto, que a obra de revitalização é um marco para a Casag e para a história de Goiás. “Tínhamos o desejo de criar um escritório moderno para abrigar os advogados em início de carreira e aqueles que atuam em trânsito, sem que houvesse qualquer sacrifício financeiro aos demais. Assim, chegamos à conclusão de que poderíamos dar uma destinação a esse prédio”, frisou.

O projeto de revitalização e construção dos escritórios compartilhados

conta com um hall de entrada com catracas biométricas, estações de trabalho com 70 computadores para inclusão digital, local para impressões e digitalizações, salas para advogados atenderem clientes, e cafeteria. O advogado só paga quando usar e pelo tempo que usar. No segundo andar será construído um local para realização de atividades artísticas e culturais, como uma forma de valorizar a cultura local, além de proporcionar o acesso a ela aos advogados, dependentes e moradores da Capital.

O secretário-geral adjunto da Casag, Estênio Primo, ressalta que os pontos mais importantes da obra são a integração, a qualificação e a reinserção do advogado. “O projeto já indica que é uma obra extremamente sofisticada e moderna. No entanto, a maior contribuição que essa obra dará é com relação ao instrumento para a capacitação do advogado. É um motivo de comemoração”, afirmou.

O diretor Osório Evandro acrescenta que, além do resgate histórico, o local

irá oferecer uma estrutura inédita em Goiânia. “É um patrimônio valioso, não só do ponto de vista financeiro, mas também afetivo. E a Casag está realizando um sonho antigo da advocacia goiana”, comentou.

O patrimônio de Goiânia

O lançamento da obra contou com a presença de figuras ilustres do Direito na capital goiana e um dos pontos lembrados por todos foi a importância da revitalização não apenas para os advogados, mas para Goiânia. O prédio da Casag, além de ter abrigado a história da advocacia do Estado, localiza-se no Centro Histórico da Capital e é um dos representantes do estilo arquitetônico símbolo da inauguração de Goiânia, o art déco, e guarda em sua fachada um pouco da memória goianiense.

Um dos que compareceram para prestigiar o início das obras e conhecer melhor o projeto foi o vereador Anselmo Pereira. Ele, que também é advogado, elogiou a iniciativa da Casag e ressaltou

os ganhos da Capital com o projeto. “Recebo com muita alegria a notícia deste presente para Goiânia. A Casag prova que a advocacia é capaz de ir além da prestação jurisdicional e pode fazer intervenções político-administrativas e sociais na cidade”, pontuou.

A presidente da Comissão da Mulher Advogada, Manoela Gonçalves, aproveitou a ocasião para contar a todos como em abril de 1984, há 32 anos, dirigiu-se ao edifício, que, naquela época, era a sede da Ordem, para buscar sua carteira de inscrição na OAB. “Confesso que hoje, realmente, eu voltei há mais de 30 anos e estou muito emocionada”, admitiu a advogada ao recordar os primeiros anos de atuação profissional. Para Manoela, a reforma é o resgate de um patrimônio que faz parte da história de toda a advocacia do Estado, mas acredita que a sociedade goianiense também vai sair ganhando. “Esta obra não é apenas para nós, advogados. É mais um papel social que a Casag está cumprindo”, afirma.



Casag

Casag Itinerante vai ao interior de Goiás

Projeto leva serviços e produtos à advocacia do Estado.
Objetivo é chegar a todas as subseções

Como parte do compromisso de regionalização e interiorização, a Casag deu início em abril de 2016 ao projeto Casag Itinerante, que leva a estrutura de serviços da entidade às subseções do Estado. Em complemento ao projeto, a entidade prevê ainda a implementação de cidades-sedes em Anápolis, Ceres, Itumbiara, Luziânia e Rio Verde, para que as cinco regiões do Estado sejam contempladas.

O Casag Itinerante teve sua primeira edição realizada em Caldas Novas e, nos últimos meses, já chegou a diversas subseções, como Rio Verde, na região Sudoeste, Jataí, Quirinópolis, São Luís de Montes Belos, Anápolis, Itumbiara e Luziânia. Com o projeto, a advocacia local tem acesso aos serviços oferecidos pela entidade, como certificação digital, ótica e adesão aos planos de saúde e odontológico.

O presidente da entidade, Rodolfo Otávio Mota, ressalta a importância da iniciativa como forma de reforçar o empenho da Casag e estreitar laços com a advocacia. “Nós precisamos fazer com que os serviços da Caixa sejam, de fato, acessíveis aos advogados goianos e não apenas aos da Capital. A Casag está a serviço dos advogados e nós queremos que eles se sintam parte dela”, pontua. A meta é que, até o final de 2017, todas as 46 subseções sejam atendidas.

Iniciativa aprovada

Para a advogada Patrícia Lopes de Souza, de Rio Verde, a iniciativa é uma excelente ação para as subseções do interior. “Eu conheço poucos benefícios da Casag. Sou cliente da ótica em função dos descontos, mas não sabia que havia tantas oportunidades”, comentou a advogada em visita aos estandes do projeto.

Já a advogada Cristiane Furlan, de Santa Helena, pontuou a importância do projeto: “Oportunidades como esta valorizam o advogado do interior. Os produtos da Caixa realmente compen-



Casag Itinerante leva todos os benefícios e serviços promovidos por meio da Caixa de Assistência aos advogados do interior do Estado

“Nós precisamos fazer com que os serviços da Caixa sejam, de fato, acessíveis aos advogados goianos e não apenas aos da Capital”

Rodolfo Otávio Mota
Presidente da Casag

sam pelo preço e qualidade. É um diferencial para a classe.”

Os advogados que compareceram ao evento em Jataí endossaram a opinião de Patrícia e Cristiane. Para a advogada Jacimar Gonçalves, por exemplo, o projeto atende a uma necessidade: “No interior, nós realmente precisamos disso, porque nem sempre há disponibilidade para irmos a Goiânia em busca dos serviços.”

Em Valparaíso, a advogada Marli Luzinete resumiu a afirmação de muitos colegas do interior que aproveitaram a ação do projeto: “É uma ação inclusiva em relação aos advogados que não vivem na Capital.”



Espaço da Casag no novo Fórum Cível: local tem à disposição da advocacia consultor dos planos de saúde e odontológico, além dos serviços de ótica, souvenir e certificação digital

Casag cada vez mais próxima da advocacia

Desde o início de 2016, entidade vem ampliando o acesso a seus benefícios

A Casag está cada vez mais próxima dos advogados e advogadas do Estado. Tal constatação é perceptível pelos avanços obtidos nos últimos meses, já que desde o início do ano a entidade trabalha para alcançar toda a advocacia, sobretudo a do interior do Estado.

Os projetos e ações realizados pela Casag para atender aos advogados das subseções, assim como a ampliação dos espaços de atendimento na Capital, são uma forma de fazer jus à anuidade paga por toda a categoria, como lembra o presidente da entidade, Rodolfo Otávio Mota. “A descentralização dos serviços da Casag é um dos nossos principais objetivos”,

afirma. No início do mês de outubro, foi inaugurado o espaço da Casag no novo Fórum Cível, no Parque Lozandes, em Goiânia. No local, estão à disposição dos advogados um consultor dos planos de saúde e odontológico, além dos serviços de ótica, souvenir e certificação digital.

Colaboradores da entidade também estão a postos no Tribunal Regional do Trabalho (TRT), no Setor Marista, e na sede da Ordem dos Advogados do Brasil – Seção Goiás, com o serviço de certificação digital. Desde setembro, os consultores dos planos de saúde e odontológico fazem atendimento em escritórios e residências, facilitando o dia a dia dos beneficiários.

Unidades regionais

Em novembro de 2016, a Casag deu os primeiros passos rumo à efetivação no interior do Estado. No dia 8 de novembro, foi inaugurada a primeira unidade regional da entidade, na subseção de Luziânia.

O projeto tem como objetivo ampliar o acesso da advocacia goiana a todos os serviços, produtos e benefícios da Casag, construindo sedes em todas as regiões do Estado de Goiás. Além da subseção de Luziânia, a primeira etapa contempla Ceres, Rio Verde, Itumbiara e Anápolis.

Em cada unidade regional há um colaborador da Caixa de Assistência capacitado para realizar a certificação

digital – feita com preço muito inferior ao de mercado – e a adesão aos planos de saúde e odontológico. Além disso, as regionais contam com unidades da Ótica dos Advogados e da Loja Souvenir, com produtos personalizados para a comodidade dos advogados e advogadas. Na ótica, estão disponíveis óculos de sol, armações e relógios das principais marcas do mercado, com valores exclusivos.

De acordo com o presidente da Casag, Rodolfo Otávio Mota, a principal necessidade da entidade era conseguir alcançar, de fato, a advocacia do interior. “Com as regionais, nós ampliamos nossa presença no Estado de Goiás e fazemos justiça à nossa classe”, enfatiza.

Programa de reinserção do inadimplente apresenta resultados

O programa de negociação de dívidas das anuidades para advogados suspensos ou executados já reintegrou centenas de inscritos junto à OAB-GO. O Programa de Reinserção do Inadimplente foi possível porque, no início de 2016, a Caixa de Assistência comprou os créditos dos advogados em situação de inadimplência com a Ordem e, com

isso, pôde criar condições especiais de quitação das dívidas junto aos inscritos. Quase 4 mil advogados estão sendo executados ou suspensos devido ao não pagamento da anuidade, segundo estudo feito pela atual gestão da Casag e da OAB-GO. “Advogados que devem a anuidade estão nesta situação não porque querem, mas porque são alija-

dos do exercício regular da profissão e, para o sustento da família, acabam por se sujeitar a salários aviltantes em escritórios, recebendo honorários baixos e, conseqüentemente, muitas vezes, prestando um serviço ineficiente”, explica o presidente da Casag, Rodolfo Otávio Mota. A ação, aponta o presidente, faz parte de uma série de progra-

mas do Sistema OAB/Casag para reaproximar o advogado da instituição que o representa. Rodolfo lembra ainda que as negociações não serão onerosas a quem está inadimplente. Para quitar seu débito com a OAB-GO e escolher a melhor forma de pagamento, o advogado inadimplente deve acessar oab.casag.org.br.



Casag lança aplicativo do advogado

Beneficiários poderão encontrar, via GPS, todas as empresas parceiras da Caixa, organizadas por critério de proximidade

A Caixa de Assistência lançou um aplicativo exclusivo para a advocacia goiana, o Casag Posso Mais. Com a nova plataforma, desenvolvida em parceria com o programa Posso Mais Fidelidade, os advogados e dependentes passam a ter acesso, na palma da mão, aos convênios e descontos das empresas parceiras da entidade.

A iniciativa de criar um aplicativo para o uso dos advogados veio em função de uma demanda da própria advocacia pelo acesso facilitado aos benefícios oferecidos pela Caixa de Assistência. São dezenas de empresas parceiras da Casag em todo o Estado, e, de acordo com o presidente da entidade, Rodolfo Otávio Mota, havia a necessidade de otimizar tanto a oferta dos convênios quanto os mecanismos de divulgação dos serviços e produtos à disposição dos advogados.

A principal aposta para melhorar a relação de assistência com a classe foi a tecnologia. Rodolfo explica que a ideia de criar um aplicativo para o advogado veio, principalmente, da constatação de que o modelo antigo de entrega de guias ou folhetos impressos com a listagem de parceiros não se adequa mais à atual realidade. “Nós temos, agora, uma plataforma ágil, com mecanismos avançados de comunicação e avaliação dos estabelecimentos, e que traz vantagens de descontos e fidelização aos advogados”, afirma.

O aplicativo

Um dos destaques da plataforma é o sistema de georreferenciamento via GPS. Através dele, os beneficiários encontram todas as empresas parceiras da Caixa de Assistência, organizadas por critério de proximidade, e ainda ficam sabendo qual a melhor rota para chegar ao local desejado.

Além disso, o Casag Posso Mais oferece uma aba de descontos, onde os usuários podem conferir promoções exclusivas atualizadas periodicamente pelos parceiros.

Já estão disponíveis descontos de 10% a 80% em produtos e serviços dos mais diversos setores, como restaurantes, estacionamento, salões de beleza, spa, academia, hotéis e cursos de idioma.

Com o aplicativo, cada oferta utilizada gera ainda mais vantagens. Ao adquirir um desconto no Casag Posso Mais, o beneficiário acumula pontos P+ que podem ser trocados por novos produtos e serviços das empresas parceiras ou da loja Posso Mais. Para participar, basta fazer o download do Casag Posso Mais na Play Store (para Android) ou App Store (para IOS) e efetuar o cadastro. O aplicativo é grátis e, ao aderir, o advogado já começa acumulando 100 pontos.

APLICATIVO CASAG POSSO MAIS

Vantagens exclusivas na palma da mão!

- + Descontos
- + Benefícios
- + Praticidade

BAIXE JÁ O APP!

Download on the App Store | GET IT ON Google play

CASAG POSSO MAIS

Novas medidas visam maior transparência na gestão financeira

A Casag implementou desde o início do ano uma série de ações com o objetivo de garantir a transparência administrativa e a lisura na gestão das finanças da entidade. Foram instauradas auditorias internas com as empresas BDO Brasil e Marol, processos públicos para a seleção de colaboradores e prestadoras de serviço, além da suspensão do uso de todos os cartões corporativos destinados aos diretores da Caixa.

De acordo com o presidente da Casag, Rodolfo Otávio Mota, as medidas fazem parte de um compromisso com a advocacia goiana que demandava esclarecimentos sobre a governança dos recursos. Para tanto, a BDO Brasil, a quinta maior empresa de auditoria e consultoria do País, é a responsável

por verificar o que está sendo feito pela entidade, conferindo todos os movimentos contábeis e financeiros dos últimos três anos.

Em relação às novas contratações, a atual gestão implementou, de forma pioneira, uma resolução que disciplina a seleção de profissionais, estagiários e aprendizes para atuarem na entidade. O processo passou a ser feito por meio de chamamento público, amplamente divulgado no site e redes sociais da Casag, além da imprensa local. As etapas preveem análise curricular, entrevistas, avaliação psicológica e prova de conhecimento. Também foi vedada a contratação de parentes até segundo grau de qualquer membro da diretoria, inclusive adjunta.

CASAG CASA DO ADVOGADO EM GOIÁS.

ADVOGADO (A), CONHEÇA OS **SERVIÇOS E BENEFÍCIOS** QUE OFERECEMOS PARA A **ADVOCACIA GOIANA.**



Plano de Saúde e Odontológico



Ótica



Telefonia



Seguros



Livraria



Farmácia



Ingressos



Convênios



Souvenir



Leva Você



Hotel de Trânsito



Engraxataria



Certificação Digital

- Auxílio maternidade
- Auxílio extraordinário
- Auxílio reclusão
- Auxílio funeral

CASAG
Casa do Advogado em Goiás



(62) **3221-0200**

casag.org.br

/casag.go

@casagoficial

@oab_casag



Comissões

Pilar da OAB-GO é o trabalho das comissões temáticas

Modelo é vantajoso para a Ordem, que conta com profissionais altamente qualificados

Muitas das conquistas alcançadas pela OAB Goiás devem-se fundamentalmente ao trabalho incansável das comissões. É por meio delas que a Ordem pode contar com o trabalho de advogados competentes, com muita vontade de trabalhar pela classe. Uma vez assumindo o mandato, a nova diretoria, ao contrário do que se supunha, pode constatar que o modelo é extremamente vantajoso para a Ordem, que passa a contar com pessoas altamente qualificadas para atividades às quais seria necessária a contratação de funcionários. Principalmente neste momento de redução e racionalização dos gastos.

“De início acreditava-se que a criação de comissões fosse um fator de potencial gasto; muito pelo contrário. Boa parte dos serviços é feita pelos próprios advogados, que dedicam seu tempo e esforço voluntariamente”, conclui o presidente da seccional, Lúcio Flávio de Paiva.

Apesar de ter defendido durante a campanha a redução no número de comissões, com a junção e até mesmo extinção de algumas delas, o presidente reviu seu posicionamento e agora leva em consideração o caráter estratégico das comissões, cogitando até mesmo expandir o modelo. “Como antes eu tinha uma visão de fora e agora estou vendo de dentro, e não tenho compro-



OAB Goiás é composta por 59 comissões, que são das mais variadas temáticas dentro do espectro jurídico da Ordem

“ De início acreditava-se que a criação de comissões fosse um fator de potencial gasto; pelo contrário ”

Lúcio Flávio de Paiva
Presidente da OAB-GO

misso com o erro, vou fazer o que é melhor para a OAB”, finalizou.

Atualmente, a OAB Goiás é composta por 59 comissões, das mais variadas temáticas dentro do espectro jurídico. Qualquer advogado que tenha interesse pode se tornar membro de uma comissão da OAB Goiás.

Para isso, basta enviar um e-mail à Secretaria de Comissões da seccional (comissoes@oabgo.org.br) contendo o nome completo, número de inscrição na Ordem e a comissão da qual deseja participar. As mensagens recebidas são

repassadas para os respectivos presidentes de comissões. Os nomes confirmados são incluídos na lista para tomar posse, na qual os novos membros assinam o termo.

Cada comissão tem missão e metodologias de trabalho distintas. Entre as deliberações previstas para acontecerem no próximo Colégio de Presidentes de Comissões está a definição de diretrizes para a elaboração do regimento interno das comissões.

Atualmente, a única determinação é a postulada pelo Artigo 63 do Regula-

mento Geral da OAB, que determina que os regimentos sejam referendados pelo Conselho.

A proposta em pauta é de que exista um regimento geral que seja seguido por todas as comissões temáticas, no qual estejam definidas, entre outras coisas, as competências de cada membro da diretoria, a frequência das reuniões ordinárias e os deveres dos integrantes da comissão. As particularidades, como a exigência ou não da presença de conselheiros, ficariam a cargo de cada uma.



Comissão de Cultura: secretária-adjunta Eucione Oliveira, vice-presidente Gisela Haun e presidente Maria Abadia Silva tomam posse em sessão solene

OAB-GO tem novas comissões

Cinco novas diretorias de comissões da OAB Goiás tomaram posse em sessão solene: a Comissão de Apoio ao Advogado do Interior; Comissão de Cultura; Comissão Especial do Advogado Sênior; Comissão Especial de Direito Internacional; e Comissão Especial de Direito Militar. Destas, as três últimas foram criadas pela nova gestão. Na ocasião, o presidente Lúcio Flávio de Paiva ressaltou a importância de cada uma para o fortalecimento da Ordem.

A Comissão Especial de Direito Internacional é composta pela presidente Maria Aparecida Rassi Naciff, pelo vice-presidente Michel Afif Magul, secretária Camila Rassi Naciff e secretária-adjunta Magid Naciff Arias. O presidente da OAB GO, Lúcio Flávio de Paiva, afirmou que o projeto da Comissão Especial de Direito Internacional tem um caráter humanista, focado nos direitos dos imigrantes. “Cito o exemplo dos nossos irmãos haitianos que chegaram ao Brasil em estado lastimável. Eu abracei esta ideia com entusiasmo. Esta comissão terá condição de fazer Goiás se internacionalizar e a OAB não ficará de fora desta feita”, resumiu.

Na Comissão de Apoio ao Advogado do Interior, os advogados David Soares da Costa Júnior e Catilene Adriana de Oliveira Leite Morbeck assumiram os cargos de presidente e vice-presidente, respectivamente. A equipe tem a missão de pôr em prática uma das principais bandeiras da atual gestão, que é a de promover a regionalização das ações da seccional. “Esperamos agregar e fazer um trabalho engrandecedor para a Ordem. Temos uma série de projetos voltados para a interação entre o interior e a Capital, para que as subseções se sintam prestigiadas. Queremos mostrar para a advocacia que atua no interior que há uma comissão que possa ampará-los”, afirmou Davis Soares. A própria diretoria

dá o exemplo dessa representação, com integrantes que são do interior. “Nossa vice é de Iporá e o secretário-geral, de Catalão”, enumera o presidente. Entre as iniciativas está um encontro que pretende reunir integrantes das seccionais de municípios das regiões Sul e Sudoeste do Estado, tais como Santa Helena, Iporá e Quirinópolis.

Já na Comissão de Cultura, Maria Abadia Silva assumiu o cargo de presidente, ao lado de Gisela Caixeta Haun, vice-presidente; Bárbara Queiroz, secretária-geral; e Eucione Maria Oliveira, secretária-adjunta. Segundo a presidente Maria Abadia, a ideia é trabalhar de forma integrada às outras comissões, como a da Mulher Advogada e Direitos Humanos, por exemplo. “Nossa missão é estimular esse intercâmbio e estendê-lo internamente, levando a cultura também aos servidores, por meio de apresentações culturais. Nosso objetivo é criar mais um espaço para que a cultura, através da OAB, chegue até a sociedade. Uma cultura de paz, voltada para a cidadania”, disse Maria Abadia.

Na Comissão Especial de Direito Militar, tomaram posse os advogados Clodomir Ferreira Pimentel, na Presidência; Rafael Bispo da Rocha, na Vice-Presidência; Camila Christina de Sousa, como secretária, e Ana Caroline de Oliveira Ferreira, como secretária-adjunta. “Queremos prestar aos militares, desde policiais a bombeiros, um amparo mais efetivo, prestado por um corpo de advogados especializados nesta área”, diz Rafael Bispo da Rocha.

Os advogados mais experimentados são o centro das atenções da Comissão Especial do Advogado Sênior, composta pela presidente Sara Mendes, o vice-presidente Syd de Oliveira Reis, a secretária Iraci Teófilo Rosa e a secretária-adjunta Maria Terezinha do Prado Monteiro.

▶ Conheça as comissões da OAB Goiás

- COMISSÃO DA ADVOCACIA JOVEM (CAJ)
- COMISSÃO DA DIVERSIDADE SEXUAL (CDS)
- COMISSÃO DA MULHER ADVOGADA (CMA)
- COMISSÃO DA VERDADE (CV)
- COMISSÃO DAS SOCIEDADES DE ADVOGADOS (CSA)
- COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO FORENSE (CAF)
- COMISSÃO DE APOIO AO ADVOGADO DO INTERIOR (CAAI)
- COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL EM MULTI PLATAFORMAS DIGITAIS (CCSMPD)
- COMISSÃO DE CULTURA (CC)
- COMISSÃO DE DIREITO AGRÁRIO (CDAGR)
- COMISSÃO DE DIREITO AMBIENTAL (CDA)
- COMISSÃO DE DIREITO BANCÁRIO (CDB)
- COMISSÃO DE DIREITO CONSTITUCIONAL E LEGISLAÇÃO (CDCL)
- COMISSÃO DE DIREITO COOPERATIVO (CDCOOP)
- COMISSÃO DE DIREITO CRIMINAL (CDCRIM)
- COMISSÃO DE DIREITO DA FAMÍLIA E SUCESSÕES (CDFS)
- COMISSÃO DE DIREITO DESPORTIVO (CDD)
- COMISSÃO DE DIREITO DIGITAL E INFORMÁTICA (CDDI)
- COMISSÃO DE DIREITO DO CONSUMIDOR (CDC)
- COMISSÃO DE DIREITO DO TERCEIRO SETOR (CTS)
- COMISSÃO DE DIREITO DO TRABALHO (CDTRAB)
- COMISSÃO DE DIREITO DO TRÂNSITO (CDT)
- COMISSÃO DE DIREITO EMPRESARIAL (CDE)
- COMISSÃO DE DIREITO IMOBILIÁRIO E URBANÍSTICO (CDIU)
- COMISSÃO DE DIREITO MINERÁRIO (CDM)
- COMISSÃO DE DIREITO MÉDICO, SANITÁRIO E DEFESA DA SAÚDE (CDMS)
- COMISSÃO DE DIREITO NOTARIAL E REGISTRAL (CDNR)
- COMISSÃO DE DIREITO POLÍTICO E ELEITORAL (CDPE)
- COMISSÃO DE DIREITO PREVIDENCIÁRIO E SECURITÁRIO (CDPS)
- COMISSÃO DE DIREITO SINDICAL (CDSIND)
- COMISSÃO DE DIREITO TRIBUTÁRIO (CDTRIB)
- COMISSÃO DE DIREITOS E PRERROGATIVAS (CDP)
- COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS (CDH)
- COMISSÃO DE EDUCAÇÃO JURÍDICA (CEJUR)
- COMISSÃO DE ESPORTE E LAZER (CEL)
- COMISSÃO DE ESTÁGIO E EXAME DE ORDEM (CEEQ)
- COMISSÃO DE MEDIAÇÃO, CONCILIAÇÃO E ARBITRAGEM (CMCA)
- COMISSÃO DE ORÇAMENTO E CONTAS (COC)
- COMISSÃO DE PROCESSO LEGISLATIVO E POLÍTICAS PÚBLICAS (CPLPP)
- COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E POLÍTICA CRIMINAL (CSP)
- COMISSÃO DE SELEÇÃO E INSCRIÇÃO (CSI)
- COMISSÃO DE VALORIZAÇÃO DOS HONORÁRIOS DA REMUNERAÇÃO SALARIAL DOS ADVOGADOS (CVHA)
- COMISSÃO DO ADVOGADO PROFESSOR (CAPRO)
- COMISSÃO DO ADVOGADO PUBLICISTA (CAPUB)
- COMISSÃO DO ADVOGADO PÚBLICO (CAP)
- COMISSÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE (CDCA)
- COMISSÃO DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (CDPCD)
- COMISSÃO DOS PRECATÓRIOS E CREDORES PÚBLICOS (CPCP)
- COMISSÃO ESPECIAL DA ADVOCACIA EM EMPRESAS ESTATAIS (CEAEE)
- COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE À CORRUPÇÃO (CECCE)
- COMISSÃO ESPECIAL DE COMBATE À EXPLORAÇÃO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO
- COMISSÃO ESPECIAL DE CONTROLE SOCIAL DOS GASTOS PÚBLICOS (CSGP)
- COMISSÃO ESPECIAL DE DEFENSORES DATIVOS DO PROCESSO DISCIPLINAR (CEDDPD)
- COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITO INTERNACIONAL (CEDI)
- COMISSÃO ESPECIAL DE DIREITO MILITAR (CEDM)
- COMISSÃO ESPECIAL DE ESTUDOS PROCESSUAIS (CEEP)
- COMISSÃO ESPECIAL DE INOVAÇÃO E GESTÃO
- COMISSÃO ESPECIAL DE INTEGRAÇÃO E RELACIONAMENTO (CEIR)
- COMISSÃO ESPECIAL DE LIBERDADE RELIGIOSA (CELRL)
- COMISSÃO ESPECIAL DO ADVOGADO SÊNIOR (CEAS)
- COMISSÃO ESPECIAL DO DIREITO DO AGRONEGÓCIO (CEDAGN)
- COMISSÃO ESPECIAL OAB AMIGA (CEOA)

Comissões



Tesoureiro Roberto Serra da Silva Maia e a presidente da CMA, Manoela Gonçalves Silva (à direita), durante apresentação da campanha “Justiça pela Paz em Casa”

CMA se engaja no combate à violência contra a mulher

Comissão abraça a campanha *Justiça pela Paz em Casa*, iniciativa multidisciplinar do STF

Além de promover uma série de atividades temáticas, alusivas principalmente a datas comemorativas, tais como o Dia da Mulher e o Dia das Mães, a Comissão da Mulher Advogada (CMA) tem como preocupação se engajar em causas importantes. Diante dos inúmeros casos de violência contra a mulher, que estão causando repercussão na mídia nacional e a consequente comoção na sociedade, o tema se tornou de suma importância e ainda mais urgente.

Com o objetivo de sair do discurso e partir para a prática, a CMA abraçou a campanha “Justiça pela Paz em Casa”, iniciativa nacional multidisciplinar promovida pelo Superior Tribunal Federal

(STF) que mobiliza comissões da seccional goiana, além do próprio Judiciário goiano, entidades e instituições públicas ligadas à defesa da mulher.

Além da Comissão da Mulher Advogada (CMA), a campanha nacional tem apoio da Comissão de Direito da Família e Sucessões (CDFFS), da Comissão dos Direitos da Criança e do Adolescente (CDCA), da Comissão de Segurança e Política Criminal (CSPC), da Comissão de Direitos Humanos (CDH), da Comissão de Direito Criminal (CDCrim) e da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPCD), além da Academia Goiana de Direito, Associação Brasileira de Mulheres em Carreira Jurídica

(ABMCJ), do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) e do próprio Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma das primeiras iniciativas foi uma reunião para discutir ações e angariar estatísticas, tais como a quantidade de ocorrências, processos e de julgados junto às varas especializadas. O intuito foi o de munir-se do máximo de informações para o encontro com a ministra do Superior Tribunal Federal (STF), Cármen Lúcia Antunes. “Nossa meta é elaborar um relatório circunstanciado para auxiliar a ministra a fazer uma radiografia da violência doméstica no Brasil”, afirma a presidente da CMA, Manoela Gonçalves.

Entre os “aliados” na campanha figura

ainda o Poder Judiciário, representado pelo desembargador do Tribunal de Justiça de Goiás (TJ-GO) Luís Cláudio Veiga Braga, presidente da Coordenadoria Estadual da Mulher em Situação de Violência Doméstica.

Em sua fala, o magistrado não escondeu a satisfação de finalmente a campanha ter conseguido respaldo junto à OAB Goiás, o que só foi possível na atual gestão. “Trouxe a proposta à OAB várias vezes em outras gestões, mas o que recebia era um retumbante silêncio. A frieza prussiana me impressionou. É muito gratificante finalmente poder contar com o respaldo da Ordem agora”, elogiou o desembargador Veiga Braga.

“A advocacia é, nos países moralizados, um elemento de ordem e um dos mais eficientes instrumentos de realização do bem comum da sociedade” *Sobral Pinto*



Pílula do câncer divide opiniões em audiência

Com o objetivo de intermediar os intensos debates entre vozes divergentes a respeito da “pílula do câncer”, a fosfoetanolamina sintética, a OAB-GO, por meio da Comissão de Direito Médico, Sanitário e Defesa da Saúde (CDMS), promoveu audiência, no dia 28 de junho, terça-feira, para discutir sobre o tema.

A presidente da CDMS, Ana Lúcia Amorim, classificou como positiva a realização deste debate, que, segundo ela, contribui para a sociedade nos aspectos jurídicos, éticos, sociais e médicos. “O uso da ‘pílula do câncer’ envolve direitos fundamentais dos pacientes portadores da doença”, explica.

Estiveram presentes no debate, além de Ana Lúcia, o secretário-geral da OAB-GO, Jacó Coelho; o presidente do Cremego, Aldair Novato Silva; o vereador Thiago Albernaz; a vice-presidente do Conselho Regional de Farmácia, Lorena Baía; o representante da Universidade de São Paulo (USP), Jordão Horácio; a presidente do Instituto Viva Fosfo, Bernardete Cioffi; psicóloga Jacqueline Amaral; a enfermeira Gisele Roncato Nunes, e representantes da sociedade de oncologia, da Viva Fosfo, movimento Fosfoetanolamina Sintética

Goiás e do Fórum Permanente dos Membros dos Comitês de Ética e Profissionais em Pesquisa do Estado de Goiás (Foceg). A audiência foi transmitida ao vivo pela internet.

O evento foi marcado por depoimentos de pacientes em tratamento de câncer, que relataram o uso da fosfoetanolamina e como a substância influenciou em seu tratamento. Também foi apresentada a opinião do presidente da Cremego, que afirmou que ainda não há conhecimento sobre as indicações e os efeitos da fosfoetanolamina.

O debate trouxe à tona uma série de polêmicas que giram em torno da doença, assim como o controverso caso da morte assistida, que possui autorização do Superior Tribunal Federal (STF) para ser realizada. O que se argumenta é que o uso experimental da fosfoetanolamina ainda é considerado questionável por haver possibilidades de colocar em risco a vida de pacientes. Segundo Jordão, que também é membro da CDMS, o uso do medicamento, desde que ele atenda aos critérios científicos necessários, inclusive os critérios legais, é desejável. “A cura é direito de todo o paciente”, disse.

OAB-GO se sensibiliza e adere à campanha Setembro Verde

A OAB-GO, por meio da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, aderiu à campanha Setembro Verde, iniciativa de alcance nacional que visa respeitar, incentivar e valorizar a pessoa com deficiência. A campanha também alerta para a importância de se tornar doador de órgãos e tecidos.

“Precisamos de mudanças culturais que garantam igualdade e respeito às pessoas com deficiência, proporcionando-lhes, assim, condições de dignidade e acessibilidade”, afirma o presidente da comissão, Hebert Batista.

A iniciativa busca a possibilidade que as pessoas com deficiência estejam aptas a desfrutar das mesmas condições de desenvolvimento experimentadas por aqueles que não possuem quaisquer deficiências, completa o presidente da comissão.

Melhorias no Exame de Ordem

Assunto na pauta de discussões da Casa é o Exame de Ordem, com os debates levantados pela Comissão de Estágio e Exame de Ordem (CEEEO) da OAB-GO. A comissão elaborou documento com várias demandas que foram encaminhadas para o I Fórum Nacional de Exame de Ordem, realizado em Brasília. Os trabalhos foram desenvolvidos em conjunto com a Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPCD). O presidente da CEEEO, Carlos André Nunes, apresentou questões pertinentes, como condições de igualdade para pessoas com deficiência que realizam atualmente o Exame de Ordem. “A proposta é para que as pessoas com deficiência tenham condições mais favoráveis para a realização do Exame de Ordem em um tempo razoável. A OAB Goiás precisa ser pioneira na questão.”

Congresso Goiano de Direito Imobiliário supera expectativas

A Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico (CDIU) e a Escola Superior de Advocacia (ESA-GO), com apoio da Casag, realizaram, nos dias 3 e 4 de junho, na cidade de Caldas Novas, o 1º Congresso Goiano de Direito Imobiliário e Urbanístico. Segundo o presidente da CDIU, Diego Amaral, foram 415 inscrições, número que surpreendeu a própria organização. “Ficamos muito felizes, porque, em um primeiro momento, trabalhávamos com uma estimativa de 250 inscrições, o que superou a todas as expectativas”, comemorou. O presidente da OAB Goiás, Lúcio Flávio de Paiva, adiantou que o sucesso deste evento incentiva a realização de outros. “Iremos fazer mais e em outras áreas do conhecimento. Pois esta é a OAB que queremos, com uma advocacia competente e progressista”, atestou.

O congresso foi o primeiro da área realizado no Estado e um dos maiores promovidos este ano no País. Predicativos que já o credenciam de forma definitiva como uma das referências no calendário do setor imobiliário e urbanístico brasileiro. O presidente da CDIU, Diego Amaral, atribui a boa receptividade não somente à realização em Caldas Novas, um polo turístico de Goiás, mas também à necessidade de um evento dedicado ao setor imobiliário e mercado urbanístico. “Há tempos precisávamos de um evento com esta envergadura. Mesmo abrigando várias das maiores construtoras do País, nada havia sido feito até então nesta área. Tivemos a oportunidade de reunir tanto palestrantes quanto congressistas com conhecimento e experiências riquíssimas”, completa.

“Iremos fazer mais e em outras áreas do conhecimento. Esta é a OAB que queremos, com uma advocacia competente”



Presidente da OAB-GO, Lúcio Flávio; presidente da Comissão de Direito Imobiliário e Urbanístico, Diego Amaral; e o presidente da Câmara Municipal de Goiânia, vereador Anselmo Pereira

Serviços

OAB-GO inaugura sala na Central de Flagrantes

Presidente Lúcio Flávio destaca pioneirismo na ação: “Fizemos história ao aproximarmos o Estado, com aparatos de segurança, e a advocacia, como defensora do direito do cidadão”

Foi inaugurada na Central de Flagrantes, localizada no Setor Cidade Jardim, a nova sala da OAB Goiás, a primeira na história a ser aberta dentro do Complexo de Delegacias Especializadas no Estado. “Faltava essencialmente vontade política e por isso essa sala representa um momento histórico, especialmente para os advogados criminalistas, até então muito estigmatizados. É a mostra de que o tratamento para esses profissionais será muito diferente em nossa gestão”, afirmou o tesoureiro da OAB e membro da Comissão de Direito Criminal, Roberto Serra.

“É com muita alegria que vemos essas duas instituições se cooperando: a Polícia Civil amiga do advogado; o advogado amigo da Polícia Civil, num momento em que advogados estão tendo direitos e prerrogativas violados”, afirmou em discurso o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Érlon Fernandes.

A solenidade foi prestigiada por diretores, conselheiros federais e seccionais, membros de comissões, além de diversos representantes da Polícia Civil de Goiás e de Segurança Pública.

Pela OAB-GO, estiveram presentes o presidente Lúcio Flávio de Paiva; o vice-presidente Thales Jayme; tesoureiro e membro da Comissão de Direito Criminal, Roberto Serra; o secretário-geral Jacó Coelho; a recém-eleita secretária-adjunta Delzira Menezes; o presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, Érlon Fernandes; o conselheiro federal Leon Deniz; os conselheiros seccionais André Luís Cortes de Souza e David Soares da Costa Júnior; o gerente da Cooperativa de Créditos dos Advogados (Credijur), Valcir Franco; além de outros membros de comissões. “Neste momento, só me resta parabenizar toda a gestão. Estamos fazendo História ao aproximarmos essas duas pontas tão importantes: o Estado, com seus aparatos de segurança, e a advocacia, como defensora do direito de defesa e das garantias fundamentais do cidadão”, afirmou Lúcio Flávio.



Conselheiros e diretores da OAB-GO e autoridades da Segurança Pública goiana prestigiam inauguração da sala do advogado

Inaugurada a nova sede da subseção de Iporá

A OAB-GO inaugurou no dia 28 de outubro a nova sede administrativa da subseção de Iporá. O prédio está localizado em frente ao fórum local. A sede tem cinco salas, possui ambientes exclusivos para a Escola Superior da Advocacia (ESA), para a Caixa de Assistência dos Advogados de Goiás (Casag), biblioteca, gabinete do presidente, além de cozinha e um auditório. O prédio novo também recebeu sistemas de climatização e de segurança em todos os ambientes, além de computadores e mobiliário. Segundo o presidente da subseção, Claiton Alves, o auditório poderá ser usado por advogados e toda comunidade. O presidente Lúcio Flávio de Paiva destacou os investimentos realizados pela seccional para a entrega desta obra.

Inhumas

Uma semana antes, a OAB-GO inaugurava a nova sala dos advogados na Vara do Trabalho em Inhumas. A cerimônia, realizada no dia 21 de outubro, contou com as presenças do secretário-geral Jacó Coelho, da secretária-geral adjunta Delzira Menezes, do conselheiro seccional Érlon Fernandes, também presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas, e do presidente da subseção de Inhumas, Jefferson Coutinho, além de membros da diretoria da subseção.

“A sala terá 12 computadores, sala climatizada, secretaria e impressora multifuncional. No total, são 32 metros quadrados”, disse Delzira durante discurso. A Vara do Trabalho de Inhumas irá atender à demanda reprimida da

região, além de facilitar a locomoção de partes e advogados. A unidade contribuirá, também, para desafogar as varas de Goiânia e Anápolis.

Também participaram da cerimônia, a juíza titular da Vara Trabalhista de Inhumas, Alciane Margarida de Carvalho, e o desembargador Paulo Sérgio Pimenta. Localizada na região Central de Goiás e a 35 km de Goiânia, Inhumas é ponto estratégico para abrigar uma sede de Vara do Trabalho.

Integram a jurisdição os municípios de Americano do Brasil, Anicuns, Araçu, Avelinópolis, Brazabrantes, Caturaí, Damolândia, Goianira, Itaguari, Itaguaru, Itauçu, Nerópolis, Nova Venéza, Petrolina de Goiás, Santa Rosa de Goiás e Taquaral de Goiás.



Presidente Lúcio Flávio discursa na inauguração da sala da OAB no Fórum Cível

OAB-GO entrega sala no novo Fórum Cível

Local é projetado para servir bem à advocacia e prima pela funcionalidade e conforto. Advogados terão computadores, tecnologias de ponta e estacionamento exclusivo

Com um investimento global de R\$ 250.252,80, a OAB-GO inaugurou a sala da Ordem no novo Fórum Cível. O local foi todo pensado e projetado para bem servir à advocacia, primando pela funcionalidade e conforto. Os advogados terão ao seu dispor dezenas de computadores de ponta, sendo que 24 das 30 máquinas são para os usuários (18 máquinas para Projudi e seis para petição), em uma sala moderna e bem equipada.

Também será oferecido link de internet dedicado, acesso à rede wi-fi, tomadas com entradas USB para carregamento de bateria de smartphones, dois scanners e três escritórios para atendimento rápido ao cliente. Para quem precisa fazer sustentação oral em audiências, haverá bancas disponíveis. Durante a inauguração, foi anunciada ainda a oferta de 50 vagas de estacionamento exclusiva para os advogados inscritos.

Durante o café da manhã de lançamento, o presidente Lúcio Flávio de Paiva reiterou que, mais do que entregar um espaço, o objetivo principal era apresentar um novo conceito em prestação de serviço à advocacia goiana. “Esta sala vem sendo projetada desde fevereiro deste ano. Foi todo um processo que passou por um projeto de arquitetura,

desde a escolha dos melhores materiais à tecnologia mais avançada. Fruto de todo esse trabalho é que os advogados vão encontrar aqui um espaço diferenciado, com o que há de melhor no que diz respeito à tecnologia, conforto, sofisticação; tudo que os profissionais precisarem para prestar seus serviços de maneira eficiente, eles irão encontrar aqui na nova sala da OAB. Temos aí algo, creio eu, com o qual não haja paralelo no sistema OAB em todo o País”, afirmou Lúcio com entusiasmo.

O vice-presidente da seccional, Thales Jayme, atentou-se para a necessidade de que, mais que uma comodidade para a advocacia, havia a necessidade de se adequar à nova realidade da advocacia. “Quando um advogado estiver atuando aqui no novo fórum, o ambiente permitirá que o profissional possa estar com seu cliente, atendê-lo com mais presteza em um espaço físico condizente.”

O secretário-geral Jacó Coelho demonstrou não apenas contentamento, mas até mesmo um certo alívio com mais uma missão devidamente cumprida. “Nossas expectativas foram mais do que correspondidas. Temos hoje uma entrega que, para nós, além de conceitual, representa a mudança, o início daquilo que a gente vem, literalmente, gerindo para que

podéssemos colher agora, ao nono mês de nossa gestão. Virão em breve muitas obras, onde o advogado será sempre colocado como centro das atenções.”

Assistência ao advogado

Um dos ambientes mais comentados era o espaço dedicado ao Núcleo de Prerrogativas, que vai contar sempre com um plantonista à disposição dos advogados que tiverem suas prerrogativas violadas. O presidente da Comissão de Direitos e Prerrogativas (CDP), Érlon Fernandes Cândido de Oliveira, saudou em discurso a iniciativa da diretoria. “Parabéns à diretoria por trazer as Prerrogativas para mais perto do advogado. Estamos aqui hoje inaugurando uma sala preparada e de fácil acesso, apta a dar uma resposta, uma satisfação ao inscrito de maneira muito rápida, além de humanizar a Ordem dos Advogados do Brasil”, saudou.

A Caixa de Assistência dos Advogados (Casag) também vai marcar presença na nova sala da OAB, o que encheu de orgulho seu presidente, Rodolfo Otávio Pereira da Mota Oliveira. “Para nós, é um momento ímpar na História. É a primeira Caixa de Assistência no País com extensão dentro de uma unidade judiciária e dentro de uma estrutura da Ordem”, diz. O espaço da Casag oferecerá serviços de

certificação digital, presença de consultores dos planos de saúde e odontológico para eventuais adesões e esclarecimentos, além de produtos da ótica e souvenirs personalizados.

Estrutura e serviços

Com 221 metros quadrados, a sala fica em um local de fácil acesso, no térreo do prédio, ao lado do auditório, com placas indicativas logo a partir da recepção, para melhor orientação dos advogados. A sala também é adaptada de acordo com parâmetros de acessibilidade para a circulação de pessoas com deficiência. Os advogados ainda terão bebedouros e cafeteira à disposição. Em pleno ano dedicado à mulher advogada, as mães receberam atenção especial: haverá um fraldário para as profissionais que precisarem se direcionar ao fórum na companhia dos filhos. Todos esses serviços contarão com o suporte de sete funcionários, sendo quatro da OAB, dois da Casag e um do Núcleo de Prerrogativas. O horário de funcionamento da sala será de segunda a sexta, das 8h às 18h, acompanhando o expediente do próprio fórum.

Situado no Parque Lozandes, região sudeste da Capital, o prédio do novo Fórum Cível tem 50 mil metros quadrados de área construída.

Serviços

OAB moderniza sistema de publicações jurídicas

Seccional firma convênio com Advise Brasil para garantir serviço de qualidade com economia à instituição, que deixa de gastar R\$ 25 mil por mês com serviços inferiores

O novo serviço de publicações jurídicas oferecido pela OAB-GO, em convênio com a empresa de tecnologia Advise Brasil, conta com mais funcionalidades. O Sistema Advise, que está em funcionamento desde o final de março, oferece leitura e gestão de prazos, compromissos e publicações jurídicas dos Diários de Justiça, incluindo seguro garantia contra perda de prazos, com cobertura de até R\$ 1 milhão.

Entre os recursos estão cadastro com prazo com alerta por e-mail para publicações; publicações gratuitas para Goiás e União; adicional de três Estados por advogado, com possibilidade de modificação a qualquer tempo dos três diários adicionais; controle de prazos e agenda, inclusive para uso pessoal; gerenciador; e atendimento via chat, e-mail, telefone e contato pelo site durante horário comercial. Além disso, o sistema oferece serviço de consulta a jurisprudências gratuitamente por 30 dias.

O presidente da Comissão de Direito Digital e Informática (CDDI) da OAB-GO, Rafael Maciel, destacou como uma das principais novas funcionalidades a possibilidade de acompanhar, gratuitamente, dez processos de todos os Estados, inclusive em plataformas eletrônicas. “Na análise da comissão, o novo sistema oferece as mesmas funções do anterior, e com recursos melhores. A alteração do sistema não oferece nenhum prejuízo para os advogados”, esclareceu.

Outra melhoria no serviço é a possibilidade de exportação dos documentos para diferentes programas de leitura e edição, gerando relatórios e arquivos consolidados (HTML, PDF, TXT, XML, DOCX ou XLSX) que poderão ser utilizados por todo o escritório. Com a nova funcionalidade, a gestão das publicações fica ainda mais fácil e dinâmica. “Possibilitando maior mobilidade no exercício da profissão, a empresa oferece ainda acesso gratuito às informações através do aplicativo móvel, que pode ser baixado e instalado para as plataformas IOS, Android e Windows Phone”, resalta o presidente da CDDI.

Uma das principais vantagens do Sistema Advise é a economia gerada aos cofres da OAB-GO. O secretário-geral da seccional, Jacó Carlos Coelho, destaca que a parceria entre a instituição e a Advise Brasil não gera nenhum custo para o advogado e para a instituição. “Ao contrário do



Advise® Brasil
Essencial para advogados de sucesso.

Acompanhe o andamento dos seus processos físicos e eletrônicos

Parabéns! Sua Seccional é conveniada à primeira empresa a oferecer o serviço de acompanhamento dos **Processos Eletrônicos** e físicos com abrangência nacional.

Processos Eletrônicos	Jurisprudência	Diários de Justiça e Oficial
PJe, Projudi, e-Proc, e-SAJ e todas as outras plataformas dos tribunais em um só ambiente on-line.	Consulte jurisprudência atualizada diariamente no maior repositório do País.	Receba suas publicações jurídicas com notificação de prazos e agenda para não perder nenhum compromisso.

“*Todo poder emana do povo e em seu nome deve ser exercido*”

Sobral Pinto



Tire suas dúvidas sobre o sistema

▶ DIÁRIOS PESQUISADOS

O sistema realiza pesquisa de publicações jurídicas nos diários de Justiça e Oficial de todos os Estados brasileiros e União.

▶ ACESSO ÀS PUBLICAÇÕES

Todas as publicações jurídicas estão disponíveis no sistema Advise e, para ter acesso, é necessário fazer login com o endereço de e-mail e a senha cadastrada. Diariamente serão enviados e-mails notificando a existência ou não de novas publicações.

▶ E-MAIL DE CADASTRO NO SISTEMA

O e-mail de acesso é o mesmo cadastrado na seccional. Para facilitar a sua organização, você poderá cadastrar também e-mails secundários.

▶ TEMPO DE DISPONIBILIZAÇÃO DAS PUBLICAÇÕES

O sistema arquiva todas as suas intimações, inclusive as mais antigas, por tempo indeterminado, sendo o advogado o gestor de seu conteúdo. Para visualizar todas, basta realizar a pesquisa com os filtros existentes na página “Publicações” (menu principal).

▶ TERMOS DE PESQUISA

São as diferentes formas que seu nome pode ser publicado nos diários da Justiça. Indique a forma que seu nome geralmente aparece nos diários, com o máximo de variações possíveis.

Exemplo:

Dr. Pedro Alberto da Cunha Filho

Termos de busca:

Pedro Alberto da Cunha Filho

Pedro Alberto da C Filho

Pedro Alberto C Filho

Pedro Alberto da Cunha

▶ GARANTIA DE ENTREGA DE PUBLICAÇÕES

O sistema entrega todas as publicações jurídicas nominativas ao advogado aderente no prazo máximo de até 24 horas após a disponibilização no Diário da Justiça. No caso de falha ou omissões por parte da Advise Brasil, existe um seguro de responsabilidade civil que cobre eventuais prejuízos efetivamente comprovados pelo advogado que pode chegar até R\$ 1 milhão. A apólice de seguro está disponível no endereço “Apólice” para impressão.

Canais de contato:

▶ **Telefone:** 0300-21-01-622 (custo de ligação local)

- De segunda a sexta-feira, das 8h às 18h

E-mail: atendimento@advisebrasil.com.br

▶ **Chat online:** Para atendimento em tempo real (horário comercial): clique no link “Ajuda” e, em seguida, em “Chat Online” para ser atendido.

sistema anterior, em que o inscrito não tinha nenhum custo, mas a instituição pagava algo em torno de R\$ 25 mil mensais para a empresa desenvolvedora do programa. Esse valor, ao longo de um ano, representava cerca de R\$ 300 mil em gastos para a seccional. Para uma instituição endividada e comprometida financeiramente, essa economia é extremamente relevante”, ressalta Coelho.

O secretário-geral reforça ainda que, como os dois sistemas são equivalentes, não há prejuízo algum para os advogados. “Pelo contrário. A longo prazo, isso volta para a advocacia em forma de benefícios, como, por exemplo, no valor da anuidade, que não vai subir para arcar custos com um sistema de publicações jurídicas. Desta forma, a instituição pode usar esses valores para investimento em outras áreas e melhorar diversos outros serviços para os inscritos.”

Sistema Advise

Atualmente, a Advise Brasil possui convênio com 22 seccionais da OAB, além de Goiás: Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Maranhão, Minas Gerais, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondô-

como cadastrar processos para acompanhamento nas plataformas do PJe, Projudi, e-Saj, e-Proc, entre outros. Inicialmente, todos os inscritos receberam o benefício, que agora é limitado apenas aos advogados adimplentes com a instituição.

É possível ainda usufruir de serviços adicionais oferecidos pela empresa com desconto aos advogados conveniados, tais como o monitoramento dos processos em outros Estados ou acesso ao maior repositório de jurisprudência do Brasil. Basta clicar no canto superior direito da página em “Conheça outros serviços” para conhecer os diferenciais e planos específicos para cada perfil de advogado.

Cadastramento variado

Para que a pesquisa do sistema seja mais eficaz, recomenda-se cadastrar variações de termos do seu nome, pois os processos podem vir com abreviações, erros de grafia e homônimos. No menu principal, acesse “Minha conta”, escolha o item “Termos de Pesquisa” e inclua quantos termos quiser. “É possível incluir, por exemplo, abreviações do segundo nome, em caso de nome composto, ou sobrenome. Para garantir que nada vai passar pelo sistema, ex-

23 SECCIONAIS

Advise está presente em Goiás, Acre, Alagoas, Amazonas, Amapá, Bahia, Ceará, DF, Maranhão, Minas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte, Rondônia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins

R\$ 300 MIL

É o valor que a OAB-GO vai economizar por um serviço superior. “Para uma instituição endividada e comprometida financeiramente, essa economia é extremamente relevante”, ressalta o secretário-geral Jacó Coelho

nia, Roraima, Santa Catarina, Sergipe, São Paulo e Tocantins. “O sistema é de alta qualidade e muito bem recomendado”, lembra o secretário-geral da seccional goiana.

A abrangência do Sistema Advise contempla o Diário de Justiça de Goiás, Tribunais Superiores, Diário Eletrônico do Tribunal Regional Federal e mais três outros Diários de Justiça de livre escolha, além da novidade no monitoramento dos processos eletrônicos e físicos do PJe, Projudi, eSAJ, eProc, entre outras plataformas.

Os alertas das publicações podem ser acessados no link www.advisebrasil.com.br/oab ou pelo banner no lado direito da home do site da OAB-GO (www.oabgo.org.br), que dá acesso à conta com o histórico das informações, bem

plote todas as variações”, destaca o representante comercial da Advise, Leonardo Oliveira.

“Para que a pesquisa seja ainda mais exata, é possível indicar ao sistema termos que você não quer receber. Isso é interessante quando desejar excluir um sobrenome que não costuma utilizar profissionalmente ou nomes que o sistema captura e não têm relação com sua identificação.” Oliveira destaca que, nesses casos, se o termo cadastrado for o nome de uma das partes do processo, a intimação não será enviada. Todos os termos enviados pelo sistema passam pela checagem da equipe de cadastro da Advise. Eles poderão fazer contato para confirmar se os dados enviados estão corretos para que o envio das publicações não seja prejudicado.



Resgate do CEL da OAB

Modelo de gestão transparente e impessoal promove reformas por todo complexo por meio de seleção pública

Transparência e impessoalidade. Sob estes preceitos, a nova gestão da OAB-GO foca em um novo modelo de gerenciamento que é observado no CEL da OAB, local construído para oferecer aos advogados goianos e familiares um espaço adequado para prática esportiva, descanso e diversão. Diversas medidas foram tomadas com o intuito de propiciar maior conforto, melhorar as dependências físicas do complexo e proporcionar benefícios para toda a classe.

A principal conquista se deu por meio do convite público nº 29/2016, no qual foi selecionada uma empresa que comercializa alimentos e bebidas. A vencedora é encarregada de administrar todos os bares e restaurantes do Centro de Cultura, Esporte e Lazer (CEL) da OAB-GO, resguardando o bem-estar dos frequentadores, seguindo padrões de segurança e os critérios de higiene estipulados pela Vigilância Sanitária. “Esperamos, a partir desta seleção, passar a contar com um serviço com a qualidade à altura do que o advogado merece, com uma empresa que invista na melhoria do atendimento e na variedade do cardápio, além de oferecer retorno financeiro, atuando como parceira da OAB”, afirma o presidente do CEL da OAB, Nadim Neme Neto.

Entre os espaços disponíveis para comercialização ficaram o bar principal e os anexos, o pátio e o restaurante. As propostas foram entregues em envelopes lacrados e fechados na Administração

da OAB-GO em 30 de maio deste ano. O presidente da OAB-GO, Lúcio Flávio de Paiva, comemora a entrega da reforma do pátio. A intervenção foi a primeira medida da empresa vencedora. As próximas etapas são realizar melhorias no bar principal e nos anexos.

Para as crianças, a reforma dos brinquedos do parque infantil foi a principal conquista. Foi realizada uma ampla reforma com a substituição, o reparo e a restauração dos brinquedos. A iniciativa ocorreu por meio de concorrência pública. “Este é um compromisso que a atual diretoria cumpre. A preocupação é com o cuidado e bem-estar das crianças, que se divertem nos brinquedos”, resume Nadim. “Realizamos uma ampla reforma para melhorar a qualidade de todos os brinquedos”, sentencia.

No âmbito esportivo, a atual diretoria realizou a reforma das quadras de tênis, antiga reivindicação dos frequentadores do local. O projeto fez parte de um planejamento idealizado pela diretoria de Tênis do CEL em conjunto com as empresas Lumina4u e Partners Eventos. Esta parceria viabilizou e fomentou esta modalidade desportiva, possibilitando a realização de eventos, apresentações, melhoria na infraestrutura das partes do clube destinadas à prática do esporte, dentre outras ações destinadas a alavancar a modalidade no clube em prol da advocacia e de toda a sociedade goiana.

Limpeza da Reserva Ambiental do CEL

A OAB-GO, por meio da Comissão de Esporte e Lazer, iniciou as obras de limpeza na área de Reserva Ambiental, onde está localizada originalmente uma nascente. Máquinas trabalharam para remover o entulho que se acumulou no local ao longo dos anos, cujo objetivo final é reflorestar a área. O presidente da comissão, Nadim Neme Neto, explica que serão realizados plantios e há também estudo para a criação de trilhas e placas explicativas sobre cada árvore.

Ele ainda destaca que, atualmente, no período de chuvas, o acúmulo de água invade as dependências do CEL da OAB, o que acarreta no acúmulo de detritos. A solução será a criação de mais galerias. “A medida que vamos tomar é necessária e urgente. Iremos trabalhar para a construção de galerias, que, além de frear e diminuir a força da água, também fará com que a terra absorva a água, alimentando ainda mais o lençol freático”, aponta.

Projeto de acessibilidade

Representantes da Comissão de Esporte e Lazer e da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência (CDPcD) se reuniram para elaborar um projeto de acessibilidade nas dependências do clube.

O grupo também deliberou sobre a captação de recursos, realizações de eventos e a prática esportiva paraolímpica. Na oportunidade, nomearam Ricardo Nascimento ao cargo de diretor esportivo paraolímpico do CEL da OAB-GO.

O presidente da Comissão de Esporte e Lazer, Nadim Neme, atribuiu as benfeitorias e a captação de recursos ao respaldo dado pela diretoria da Seccional Goiás. “Essas reformas e projetos só acontecem porque o CEL da OAB e as comissões têm o apoio da diretoria, especialmente na figura do secretário-geral Jacó Coelho e do tesoureiro Roberto Serra.”

No encontro, a principal reivindicação foi a respeito da falta de acessibilidade nos banheiros do clube. Foi definido, ainda, que será realizado um levantamento para que sejam definidas todas as mudanças estruturais no clube. O objetivo é tornar as dependências em ambiente 100% acessíveis.

“O clube tem interesse em promover eventos paraolímpicos e para isso é preciso tornar o clube 100% acessível e inclusivo. Iremos buscar parceiros para auxiliar com recursos na elaboração do projeto”, destacou o presidente da Comissão dos Direitos da Pessoa com Deficiência, Hebert Batista Alves.



CEL da OAB-GO passou por ampla reforma e revitalização em todos os locais na atual gestão